



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Instituto Superior de Economia e Gestão

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O Papel das Organizações Não-Governamentais Cristãs

No Desenvolvimento de Moçambique:

O Caso do Sul do Save, 1992 – 2010

Carlos Miguel Vilanculos

**Orientação: Professora Doutora Joana Helena Maria Fajardo
Pacheco Pereira Leite**

Júri:

Presidente: Professor Doutor João António Ramos Estêvão

Vogais:

Doutor Luís Mah Silva

Professora Doutora Joana Helena Maria Fajardo Pacheco

Pereira Leite

Lisboa, Julho de 2011

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Instituto Superior de Economia e Gestão

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

**O Papel das Organizações Não-Governamentais Cristãs
No Desenvolvimento de Moçambique:
O Caso do Sul do Save, 1992 – 2010**

Carlos Miguel Vilanculos

**Orientação: Professora Doutora Joana Helena Maria Fajardo
Pacheco Pereira Leite**

Júri:

Presidente: Professor Doutor João António Ramos Estêvão

Vogais:

Doutor Luís Mah Silva

**Professora Doutora Joana Helena Maria Fajardo Pacheco
Pereira Leite**

Lisboa, Julho de 2011

Glossário de Termos e de Abreviaturas

- ACT** – Action by Churches Together
- APD** – Ajuda Pública para o Desenvolvimento
- APCS** - Associações de Poupança e Crédito Social
- BM** – Banco Mundial
- CAD** – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
- CD** - Cooperação Descentralizada
- CDL/C** - Comités de Desenvolvimento Local/Comunitário
- CM** – Cáritas Moçambicana
- CCM** – Conselho Cristão de Moçambique
- CEDES** – Comité Ecuménico Para o Desenvolvimento Social
- CFD** - Centros de Formação e Desenvolvimento
- CID** – Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- COVs** - Crianças Órfãs e Vulneráveis
- CVII** - Concílio de Vaticano II
- DPR** - Diagnóstico Rápido Participativo
- EPC**- Escola Primária Completa do 2º Grau (inclui 6ª e 7ª Classes) do sistema de ensino em Moçambique
- FCC** - Fundo de Crédito Comunitário
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- II GM** – II Guerra Mundial
- INE** – Instituto Nacional de Estatística
- HIV&SIDA** - *Human Immunodeficiency Virus* & Síndrome de Imuno Deficiência Adquirida
- LWF** – Lutheran World Federation
- OCBs** - Organizações Comunitárias de Base
- OCDE** - Organização de Cooperação para Desenvolvimento Económico
- ODMs** – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
- OIIL** - Orçamento de Investimento de Iniciativa Local
- ONGs** – Organizações Não-Governamentais
- ONU** – Organização das Nações Unidas

PAE – Programa de Reajustamento Estrutural
PARPA – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PDs – Países Desenvolvidos
PED – Países em Desenvolvimento
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRSP – Poverty Reduction Strategy Papers
RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano
RNB – Rendimento Nacional Bruto
SACCO - Saving And Credit Co – operative
TL – Teologia de Libertação
WRI – World Relief International

Resumo

A questão do Desenvolvimento tem um registo histórico marcado por uma evolução e alargamento da sua abordagem para questões sociais, económicas e políticas, que complementam-se na melhoria das condições de vida dos indivíduos. A abordagem actual do desenvolvimento, conduzida pelo modelo de desenvolvimento alternativo, valoriza o processo de “*empowerment*” dos indivíduos para maior participação e apropriação dos processos de desenvolvimento.

Neste quadro, os vários actores da cooperação para o desenvolvimento, onde destacamos as ONGs Cristãs, desempenham um papel fundamental na promoção do bem-estar dos indivíduos bem como torna-los auto-confiantes na condução do seu desenvolvimento.

Deste modo, através do presente estudo realizado nas províncias de Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo, em Moçambique, pretendemos contribuir para um maior conhecimento do papel das Organizações Não-Governamentais Cristãs, em representação das igrejas católica e protestante, no processo de desenvolvimento do país, destacando a intervenção no período pós guerra civil, terminada em 1992.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Desenvolvimento Humano, Empowerment, Organizações Não-Governamentais Cristãs e Moçambique.

Abstract

The issue of Development has been historically marked by an evolution and extension of its approach to social, economic and political matters, which are complementary in improving the living conditions of individuals. The current approach on development, led by the alternative development model, values the process of individuals “*empowerment*” to achieve great participation and ownership of development processes.

In this context, various development cooperation agents, among them we highlight Christian NGOs, play a key role on the promotion of the welfare of individuals and make them self - confident to lead their development.

Thus, through this study developed in the Mozambican provinces of Inhambane, Gaza, Maputo and Maputo City, we intend to contribute to a better understanding of the role of Christian Non Governmental Organizations, representing the Catholic and Protestant churches, on the process of development of the country, mainly highlighting the interventions held after the civil war, which ended in 1992.

Key words: Development, Human Development, Empowerment, Christian Non-Governmental Organizations and Mozambique.

Agradecimentos

À *The Africa - America Institute – Moçambique* e *Ford Foundation* pela concessão da Bolsa de Estudo, no âmbito do *International Fellowships Program*, os meus agradecimentos especiais!

À Professora Doutora Joana Helena Maria Fajardo Pacheco Pereira Leite, pela orientação académica e confiança que depositou em mim, durante a parte curricular do mestrado e na elaboração desta dissertação, o meu obrigado muito especial!

À todos aqueles que me apoiaram, em especial as ONGs Cristãs e Comunidades Beneficiárias, em Moçambique, que permitiram e colaboraram na execução do trabalho prático, vós agradeço!

À minha esposa, Talina e ao meu filho Herson, por tudo que sacrificaram e pelo carinho manifestado para comigo, um muito obrigado especial!

Índice Geral

Glossário de Termos e de Abreviaturas.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Agradecimentos.....	vii
I. Introdução.....	1
II. Enquadramento Teórico.....	4
II.1. Do Desenvolvimento ao Desenvolvimento Humano: Conceito e Teorias.....	4
II.1.1. O Conceito do Desenvolvimento	4
II. 1.2. As Teorias de Desenvolvimento	7
II. 2. Cooperação Para o Desenvolvimento: Cooperação Descentralizada e o papel das Organizações Não Governamentais.....	9
II. 3. A Cooperação Descentralizada.....	12
II.4. O Papel das ONGs no Desenvolvimento Humano.....	14
II. 5. Igrejas Cristãs, ONGs e Desenvolvimento – A Teologia de Libertação.....	17
II. 5.1. A Teologia de Libertação.....	18
III. O Papel das Organizações Não-Governamentais Cristãs no Desenvolvimento de Moçambique: O Caso do Sul do Save, 1992 – 2010.....	20
III.1. Moçambique, Sul do Save: Breve Contextualização económica e social.....	20
III.1.1. Acção da Guerra, HIV e calamidades naturais na degradação das condições socioeconómicas	20
III. 2. Justificação da Amostra: Porque ONGs Cristãs Católicas e Protestantes?.....	21

III. 3. ONGs Cristãs: Áreas de acção, formas de intervenção e fontes de financiamento	23
III. 3. 1. Áreas de Acção das ONGs Cristãs	23
III. 3. 2. Formas de intervenção das ONGs Cristãs.....	24
III. 3.2.1. Intervenção na Construção de infra-estruturas sanitárias, educacionais e . furos de água	24
III. 3.2.2. Concessão de crédito	26
III. 3.2.3. Área da Agricultura	28
III. 3.2.4. Formação Profissional	28
III. 4. Fontes de Financiamento das ONGs Cristãs.....	29
IV. Ensaio de Avaliação Qualitativa da Intervenção das ONGs Cristãs na População Beneficiária	30
V. Conclusão.....	33
Bibliografia.....	36
ANEXOS.....	42
Anexo 1: Mapa de Moçambique.....	42
Anexo 2: Breve Contextualização geográfica, demográfica e sócio - antropológica da área de Estudo	42
Anexo 3: Localização do Estudo - Regional, Provincial e Distrital	43
Anexo 4: Descrição das ONGs Cristãs seleccionadas para a amostra.....	44
Anexo 5: Áreas de Acção das ONGs Cristãs.....	45
Anexo 6: Lista de Gestores e Técnico entrevistados nas ONGs.....	45
Anexo 7: Lista de Beneficiários Entrevistados	46
Anexo 8: Acções das ONGs Cristãs	47

I. Introdução

O presente trabalho consiste no estudo do papel das Organizações Não-Governamentais (ONGs) Cristãs, no processo de Desenvolvimento de Moçambique, concretamente na região sul do país, no período entre 1992 – 2010.

A intervenção das ONGs Cristãs, na promoção do desenvolvimento em Moçambique, acompanha o processo histórico do país pós-independência, em 1975, marcado por calamidades naturais cíclicas, guerra civil e epidemia do HIV, situação de contingência associada ao fraco desenvolvimento do país. Estes factores agravam cada vez mais a pobreza e vulnerabilidades das populações. Neste quadro, as ONGs Cristãs, através das suas realizações, revelam-se actores pertinentes na promoção de condições socioeconómicas básicas, para que as populações desfavorecidas usufruam de uma vida digna.

O objectivo principal do estudo é analisar as formas de intervenção das ONGs Cristãs no processo do Desenvolvimento de Moçambique, com enfoque a partir dos anos 90.

O ponto de partida do nosso estudo assenta na formulação da seguinte questão: Será a intervenção das ONGs Cristãs no Sul de Moçambique, uma alternativa para promoção do Desenvolvimento?

Compreender as áreas de acção e o processo da definição das mesmas, analisar as formas de intervenção e de envolvimento participativo das populações e reflectir por último, a partir de uma avaliação qualitativa, sobre os resultados de intervenção das ONGs Cristãs, constituem alguns pontos que nos propomos a aprofundar no estudo.

Metodologia

A metodologia seguida, consistiu na recolha e análise cruzada de fontes bibliográficas em Portugal, a que se seguiu o trabalho de terreno realizado em Moçambique. Neste quadro, sucederam-se à identificação e consulta dos arquivos das ONGs Cristãs, visitas a 9 distritos urbanos e rurais nas províncias de Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo, permitindo a realização de entrevistas individuais e

colectivas, semi-estruturadas de carácter qualitativo, direccionadas aos gestores, técnicos das ONGs e às populações beneficiárias de diferentes extractos socioeconómicos e faixas etárias¹. Para o estudo, foram entrevistadas 14 ONGs Cristãs, das quais foram seleccionadas 6 experiências, sendo 4 de ONGs Nacionais e 2 de Internacionais, as que constituem a amostra representativa da nossa análise.

Hipóteses

O exercício resultante do cruzamento dos quadros teóricos e conhecimentos no geral, sobre a problemática do desenvolvimento, com enfoque para o papel das ONGs Cristã com a experiencia de Moçambique em particular, procura testar um conjunto de hipóteses enunciadas de seguida:

1. As áreas de acção das ONGs Cristãs são definidas em resposta às necessidades dos beneficiários, conjugando-as com a agenda de desenvolvimento nacional e internacional, consagrada no PRSP-PARPA e nos ODMs;
2. As ONGs Cristãs apoiam-se nas Igrejas e no governo local para mobilizar a participação dos beneficiários na planificação e implementação das acções de desenvolvimento;
3. O envolvimento dos beneficiários pelas ONGs Cristãs vai garantir a sustentabilidade das intervenções a longo prazo;
4. As áreas de acção e as formas de intervenção das ONGs Cristãs contribuem para o “*empowerment*” dos beneficiários e para a melhoria das suas condições de vida;
5. A intervenção das ONGs Cristãs reduz a vulnerabilidade socioeconómica das populações, concretamente ao nível do acesso a saúde, educação, água e meios de subsistência/emprego.

¹ Vide anexos 6 e 7.

Estrutura

O trabalho está estruturado em três partes distintas. Na **primeira parte**, consagra ao enquadramento teórico, são abordados alguns conceitos e teorias que marcam o percurso histórico da problemática do Desenvolvimento à do Desenvolvimento Humano. Debruça-se, também, sobre a evolução da Cooperação para o Desenvolvimento e o papel das ONGs, para além de, reflectir sobre a acção das Igrejas Cristãs no Desenvolvimento, sob inspiração da Teologia de Libertação.

A **segunda parte**, caracterizada pelo estudo de caso, ensaia uma breve contextualização socioeconómica da região em estudo, enquadramento da amostra e propõem uma análise das áreas de acção e formas de intervenção das ONGs Cristãs. Esta parte encerra com um ensaio de avaliação da intervenção das organizações em análise.

Por fim, na **terceira parte**, terminamos esta dissertação com apresentação de conclusões do estudo empírico, acompanhadas pela revisão das hipóteses de partida.

II. Enquadramento Teórico

II.1. Do Desenvolvimento ao Desenvolvimento Humano: Conceito e Teorias

II.1.1. O Conceito do Desenvolvimento

A questão do Desenvolvimento é objecto de debate e reflexão académica, o que resulta na produção de um amplo leque de trabalhos interdisciplinares em torno dessa noção. Com efeito, embora o Desenvolvimento seja uma questão de grande interesse, os estudos realizados e publicados, mostram que a sua conceptualização é complexa e pouco consensual, o que se reflecte na diferenciação de interpretações.

A literatura actual que aborda a problemática do Desenvolvimento remete-nos ao período pós II Guerra Mundial (II GM), momento em que a questão é objecto de maior atenção, facto ligado à Carta das Nações Unidas, que no seu artigo 55, capítulo VIII, atribui à ONU a tarefa de “*eleva os níveis de vida, o pleno emprego e condições de progresso e desenvolvimento económico e social*”². Neste período o Desenvolvimento era definido como sinónimo do crescimento económico associado ao processo de industrialização e modernização das estruturas das sociedades não industrializadas.³ Para o sociólogo Alain Birou⁴, o conceito do Desenvolvimento surge primeiramente aplicado para significar o progresso económico circunscrito num progresso geral da sociedade. Birou estabelece uma relação entre o desenvolvimento económico e social, afirmando que “*o desenvolvimento económico implica obrigatoriamente um desenvolvimento social e um progresso da sociedade como um conjunto vivo*”⁵. O autor, em sintonia com o pensamento estruturalista dos anos 1950/60, observa que o Desenvolvimento passa necessariamente pelas reformas estruturais, transformações institucionais, mudanças de mentalidade caracterizadas pelo dinamismo das sociedades.

Por seu turno, F. Teulon⁶ conceptualiza o desenvolvimento na perspectiva da “*melhoria do bem-estar da população através dos aumentos do rendimento per capita,*

² Silva, 1996: 112.

³ Hulme, 1990:5; Nayyar, 2003:63-64.

⁴ Birou, 1982:110.

⁵ Idem: 111.

⁶ Teulon, 1994:174/5

ração alimentar e melhoria do acesso aos serviços de saúde". Nesta abordagem, a satisfação das necessidades básicas aparece associada ao crescimento económico representado pelo aumento do rendimento per capita. Percebe-se, também, que o processo de desenvolvimento exige transformação estrutural através de melhoramento da qualificação da mão-de-obra e organização da produção, dado que o autor defende a urbanização, industrialização, alfabetização, formação e desestruturação das sociedades rurais⁷.

Os economistas Michael Todaro e Stephen Smith definem Desenvolvimento como *"um processo caracterizado por mudanças na estrutura social, atitudes da população e nas instituições nacionais bem como a aceleração do crescimento económico, redução das desigualdades e erradicação da pobreza"*⁸. Portanto, as mudanças que se operam no processo de desenvolvimento devem corresponder ao sistema social, às necessidades básicas e aos desejos dos indivíduos e grupos sociais.

Para J. Stiglitz⁹ o Desenvolvimento representa *"uma transformação da sociedade nas formas tradicionais de pensar, de lidar com a saúde e a educação, dos métodos tradicionais de produção, em favor de meios mais modernos"*. Na abordagem do autor, a modernização da sociedade torna-se fundamental para melhoria da qualidade de vida da população dos Países em Desenvolvimento (PED). Note-se, contudo, que Stiglitz viria a aproximar-se, após sua experiência de *"Chief economist"* no BM, das perspectivas *"bottom up"* caras aos que defendem a necessidade do *"empowerment"* das populações no processo de desenvolvimento.

É certo que, na década de 1990 a abordagem do Desenvolvimento ganha uma forte ligação às questões humanas. Um dos precursores da mudança do paradigma do desenvolvimento é Amartya Sen que define o Desenvolvimento como *"um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza"*¹⁰. Sen advoga um desenvolvimento mais abrangente que inclui dispositivos sociais, direitos políticos e cívicos que contribuem substancialmente para a liberdade humana e desenvolvimento de capacidades dos indivíduos, sem contudo ignorar a pertinência do crescimento do PIB, aumento de receitas, industrialização, progresso tecnológico ou modernização das

⁷ Teulon, 1994:117.

⁸ Todaro e Smith, 2009:16.

⁹ Stiglitz, 2001:50.

¹⁰ Sen, 2003:19.

sociedades.¹¹ Sen considera ainda que o “*alargamento das liberdades individuais*” constitui um fim primordial e meio principal para o desenvolvimento, processo que exige a eliminação das privações que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas exercerem a sua acção de forma racional¹².

Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) contou com os préstimos de Mahbub Ul Haq¹³ e Amartya Sen para definir Desenvolvimento como “*um processo de alargamento das possibilidades de escolha das pessoas*”, o qual conduz à formação das capacidades humanas através da melhoria do acesso à saúde, habitação, segurança contra crime e violência, conhecimento e competências; e aplicação das capacidades adquiridas para fins produtivos, lazer ou nas actividades socioculturais e políticas¹⁴.

O trio PNUD, Haq e Sen coloca o homem no centro do Desenvolvimento, dando origem ao “*Desenvolvimento Humano como um paradigma de desenvolvimento*” sobre o qual se cria um ambiente onde as pessoas possam desenvolver as suas potencialidades produtivas e orientar as suas vidas de acordo com as necessidades e anseios¹⁵. A partir da centralização do desenvolvimento em questões humanas, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) baseado no progresso económico deixou de ser o indicador principal do desenvolvimento e estabelece-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) centrado na medição de esperança de vida, alfabetização e no acesso às necessidades básicas para uma vida humana digna como indicador universal do desenvolvimento¹⁶. Neste contexto, o PNUD conclui que o “*Desenvolvimento Humano é um fim*” que todas sociedades procuram alcançar ao longo dos tempos e o “*crescimento económico é um meio*” pelo qual os

¹¹ Idem

¹² Ibidem: 14.

¹³ Mahbub Ul Haq liderou a equipa da criação do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) em 1990.

¹⁴ PNUD, 1990:10; Haq, 2008:29-30.

¹⁵ www.undp.org/en/.

¹⁶ PNUD, 1990: 11-13.

Referir que o RDH de 2010 introduz modificação na medição do IDH: O rendimento nacional bruto (RNB) per capita substitui o produto interno bruto (PIB) per capita. Na educação, os anos de escolaridade esperados para as crianças em idade escolar substituem as matrículas brutas e a média de anos de escolaridade da população adulta substitui as taxas de alfabetização de adultos (PNUD, 2010:15).

indivíduos satisfazem as suas necessidades e anseios de modo a melhorar a qualidade de vida¹⁷.

Em suma, o paradigma do desenvolvimento humano estabelece ligação entre o aumento dos rendimentos e o aumento das escolhas humanas e liberdades individuais; exige reformas que resultem na expansão dos serviços básicos para as populações desprovidas; remoção de barreiras para participação das pessoas na economia e processos políticos dos respectivos países. O desenvolvimento humano é centrado nas pessoas, na expansão das suas opções para usufruírem de vidas plenas com liberdade e dignidade merecida.

II. 1.2. As Teorias de Desenvolvimento

A questão do Desenvolvimento após II GM é assente em teorias e modelos que orientam as políticas e estratégias sobre as quais o processo vai se operar, sendo de destacar:

Teoria de Modernização – Durante os anos de 1950-1960, a concentração na transformação estrutural caracterizada pela industrialização e modernização dos sectores produtivos dos PED constituía a base do desenvolvimento. Para os estruturalistas, a industrialização servia de “alavanca” para o desenvolvimento através da modernização da agricultura e maiores investimentos em infra-estruturas produtivas que iriam impulsionar a produtividade e diversificação da indústria manufactureira urbana e aumentar o crescimento económico¹⁸. Portanto, o paradigma industrialista dos anos 50 e 60 tinha como principal preocupação o “*big-push*” dos PED.

Teoria da Dependência – Na década de 1970, surge uma nova geração do pensamento Neokeynesiano defensora da *Teoria da Dependência*. Para os Neokeynesianos, a caracterização dos PED decorre da relação do capitalismo mundial de dependência entre estes e os Países Desenvolvidos (PDs). Os teóricos dependentistas identificam os PDs como centro da economia mundial, onde ocorrem os progressos tecnológicos e maiores fluxos financeiros e os PED apresentam reduzidos fluxos, fraco

¹⁷ PNUD, 2006: 1.

¹⁸ Todaro e Smith, 2009:110-115; Nayyar, 2003:63-4.

progresso científico e tecnológico. Neste contexto, as desigualdades entre os dois blocos de países expressam subordinação e limitação do desenvolvimento dos países do Sul, dependentes das transferências tecnológicas, comerciais e financeira dos países ricos.

Nesta óptica, a superação do subdesenvolvimento nos PED passaria pela ruptura com a dependência destes em relação aos PDs.

Teoria Neoliberal - Na década de 1980 e princípios da década de 90 a abordagem do Desenvolvimento foi baseada na interpretação da teoria Neoclássica que dá relevância à Liberalização económica, Reajustamento Estrutural e Privatizações, como o caminho para o desenvolvimento. Esta perspectiva formulada no seio do FMI e BM, pela contribuição de John Williamson, consagrada em 1990 o *Washington Consensus*¹⁹.

O paradigma dominante no *Washington Consensus* reflectia uma preocupação centrada na redução da intervenção do Estado no mercado para estimular o desenvolvimento dos PED. Objectivamente, o *Washington Consensus* não colocava as instituições no centro do processo de desenvolvimento, defendendo um mercado livre à altura do comércio internacional e desenvolvimento dos PED. A teoria neoliberal formulada no *Washington Consensus* inaugura a era das políticas da *meta - narrativa*²⁰ do desenvolvimento.

Modelo de Desenvolvimento Alternativo - A partir dos anos 90 o processo de desenvolvimento abandona as teorias genuinamente economicistas e passa a ser conduzido por teorias das ciências sociais em geral que conectam dispositivos sociais, económicos, políticos e culturais. O **Desenvolvimento Alternativo** centrado no homem passa a dominar a abordagem do paradigma do desenvolvimento. Segundo John Friedemann, o modelo de Desenvolvimento Alternativo como processo central do desenvolvimento visa o “*empowerment*” social e político das unidades domésticas e dos indivíduos, para um melhor exercício da democracia participativa na tomada de decisões e gestão do

¹⁹John Williamson criou a expressão “*Consenso de Washington*” originalmente para significar: “*o mínimo denominador comum de recomendações de políticas económicas*” que estavam sendo elaboradas pelas instituições financeiras baseadas em Washington D.C. e que deveriam ser aplicadas nos países da América Latina em 1989.

²⁰ Interpreta-se *meta-narrativa* como as medidas necessárias e mais adequadas para atingir o desenvolvimento.

desenvolvimento²¹. O Desenvolvimento Alternativo procura mudanças nas estratégias nacionais, estabelecidas através de uma política de democracia participada que promove a incorporação dos grupos populacionais marginalizados nos processos de desenvolvimento, assim como elevar o progresso económico apropriado, que otimiza a utilização dos recursos²². O PNUD enfatiza que o Desenvolvimento Alternativo “*deve ser pelas pessoas através de participação plena nas decisões e processos que modelam as suas vidas*”²³.

Em suma, o Desenvolvimento Alternativo constitui a base das políticas e estratégias de desenvolvimento sobre as quais os Governos, Instituições Internacionais de Desenvolvimento e ONGs guiam-se na implementação das acções para o desenvolvimento internacional, consagradas pelos ODMs (*meta – narrativa*), privilegiando o “*empowerment*” das populações, através da sua participação na melhoria das suas condições de vida.

II. 2. Cooperação Para o Desenvolvimento: Cooperação Descentralizada e o papel das Organizações Não Governamentais

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) visa apoiar regiões, países e comunidades que têm dificuldades, numa situação de desequilíbrio da repartição dos recursos e oportunidades a nível mundial. A sua acção consiste na “*conjugação de esforços entre os PDs e PED com a finalidade de a longo prazo, procurar combater problemas económicas e sociais de forma sustentável e duradoura*”²⁴.

A CID é caracterizada por uma diversidade de fluxos que são canalizados para promover o desenvolvimento dos PED, dentre os quais se destaca a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), como fundamental para o planeamento da cooperação e as doações das ONGs²⁵.

Historicamente, a CID surge no contexto da implementação do Plano Marshall pelos EUA, em 1947, destinado a ajudar a reconstrução económica da Europa, após a II

²¹ Friedmann, 1996:35-36.

²² Idem.

²³ PNUD, 1995:12.

²⁴ Plataforma Portuguesa das ONGD: Sd

²⁵ Afonso, 2005:12; 2002:33.

GM. As motivações do financiamento do Plano Marshall foram fundamentalmente baseadas na segurança nacional para evitar novo conflito armado e expansão de interesses comerciais americanos na Europa²⁶.

A partir do Plano Marshall, as motivações e condicionalismos, pelos quais os países doadores escolhem os países receptores dos fluxos da CID, foram-se modificando ao longo do tempo.

Durante o processo de descolonização dos países africanos, na década de 1960, a CID privilegiou o estabelecimento de programas bilaterais, entre as antigas potências colonizadoras e as suas ex-colónias africanas. As relações da CID baseadas na *herança colonial* foram associadas à teoria de modernização, financiando projectos de industrialização e infra-estruturas modernas nos PED.

Nos anos 1970, a CID foi caracterizada pela expansão das agências multilaterais, sobretudo do FMI e BM que passaram a centrar atenções nos PED. Foi, também, um período marcado pelo combate à pobreza, facto que originou mudanças na abordagem do papel das ONGs no processo de desenvolvimento. Estas expandiram as suas actividades para áreas de desenvolvimento rural através de concessão de créditos e poupança; formação em competências extra-escolares e envio de jovens voluntários dos países desenvolvidos para trabalhar nos PED²⁷. A nova abordagem das ONGs surgiu em resposta às necessidades básicas das populações, associadas à carência de recursos humanos nos PED.

Na década de 80 a elegibilidade para ter acesso a APD passa a ser condicionada pelas políticas macroeconómicas neoliberais instituídas pelo FMI e BM e legitimadas através *Washington Consensus*. As duas instituições impunham aos PED a promoção de Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) reduzindo o papel do Estado, como condições necessárias para acelerar o desenvolvimento económico.

No mesmo período, ocorreu um crescimento de ONGs multilaterais que canalizam a APD, de forma mais rápida e eficaz do que as agências bilaterais, principalmente em situações de emergência e de dramas humanitários nos PED²⁸.

²⁶ Martinussen, 2003:8.

²⁷ Riddell, 2007:33.

²⁸ Afonso, 2005:31

Os anos 90 foram marcados pelo colapso do bloco soviético e fim da Guerra Fria, factos que originaram novos condicionalismos na canalização dos fluxos da CID para os Países da África Subsahariana. Nesta sequência, os parceiros de cooperação abandonaram os condicionalismos geoestratégicos e determinaram a Democracia, Boa Governação e Direitos Humanos, como condições determinantes para recepção da APD.

Face às críticas feitas às novas condições da CID, o CAD, FMI e BM publicam novas orientações em 1994, as quais dão primazia à necessidade de controlo local e de desenvolvimento da capacidade nacional a longo prazo, as abordagens dos PAE passando a ser mais participativas na definição das políticas socioeconómicas de redução da pobreza²⁹.

A nova abordagem da CID nos anos 90 orienta a APD para áreas sociais, reformas institucionais e das políticas atribuindo à sociedade civil e aos governos dos PED a responsabilidade pelo desenvolvimento dos respectivos países através de fornecimento de serviços básicos e apropriação da Ajuda pelas populações locais. Neste contexto, para garantir o desenvolvimento a longo prazo, os doadores passam a consubstanciar o reforço do desenvolvimento das capacidades humanas e institucionais.

A partir de 2000, o novo quadro das relações internacionais inaugurado nos anos 1990, aliado à globalização, trouxe implicações para a política de CID. Os ODMs passam a dominar a parceria entre os PDs e os PED tendo em vista criar um contexto favorável ao desenvolvimento internacional e à erradicação da pobreza. Os ODMs revelam-se norteadores do desenvolvimento das prioridades em cada país e dão um novo impulso à CID, caracterizada pela alocação da APD com base no desempenho dos países receptores. Na Conferência de Monterrey realizada em 2002, os parceiros da CID comprometeram-se a tornar a APD mais eficaz, reforçando a sua contribuição em programas que visam erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento global inclusivo e equitativo.

Refira-se que, neste período, emergem financiamentos das Fundações privadas aos programas de desenvolvimento, casos das Fundações Calouste Gulbenkian; Bill e Melinda Gates; Bill Clinton; Carr; Elizabeth Glaser e African Millennium, concorrendo com os fundos da APD.

Resumindo, o percurso histórico da CID revela motivações políticas e de segurança nacional; motivações económicas e comerciais, designadamente o acesso a recursos

²⁹ Idem; Riddell, 2007:40.

naturais, matérias-primas e mercados das ex-colónias; motivações morais e humanitárias, que caracterizam, mais recentemente, as políticas de canalização da APD para os PED³⁰.

II. 3. A Cooperação Descentralizada

No contexto de CID, a Cooperação Descentralizada (CD) constitui um dos instrumentos fundamentais no estabelecimento de um conjunto de relações e dinâmicas, caracterizadas pelo intercâmbio, aprendizagem e solidariedade entre os países. As primeiras experiências da CD datam do período pós II GM, quando países europeus implementaram cooperação entre territórios, processo dominado pelos municípios como principais participantes³¹.

O processo da descolonização dos países africanos originou novas relações entre as antigas potências colonizadoras e os novos estados, processo que veio a dar forma à abordagem actual da CD, baseada na cooperação entre instituições governamentais e ONGs do Norte e do Sul.

A partir da década de 1980 a conceptualização da CD ganhou impulso, suscitando interpretações diferentes, tanto pelos académicos como por ONGs, organismos internacionais e regionais envolvidos na CID.

A. Fernandes³², argumenta a CD como “*Cooperação entre organismos internacionais, agências dos Estados, ou autarquias dos países do Norte e poderes locais e regionais dos PED*”. A autora sublinha que a CD é dinamizada por diversas instituições internacionais engajadas no fortalecimento da sociedade civil, permitindo a existência de múltiplos actores no desenvolvimento, com capacidade de organização e gestão autónoma.

Nos PED, a CD tem uma abordagem politizada que resulta da necessidade de democratização baseada na mobilização, envolvimento da sociedade civil e *empowerment* dos grupos locais. Nesta perspectiva, a CD é fundamental para “*potenciar a participação, responsabilização dos cidadãos na resolução dos problemas e no desenvolvimento local*”³³. Outros autores enfatizam que o envolvimento da sociedade civil é fundamental na

³⁰ Idem: 18-19.

³¹ Sangreman, 2009:17.

³² Fernandes, 2005:44.

³³ Amaro, 2007:109.

procura de modelos de desenvolvimento que produzem “*mudanças mais sistémicas*”³⁴ nos PED.

Na perspectiva da M. Alves, “*a CD visa reforçar a participação popular nas acções de desenvolvimento e diversidade democrática nos países em desenvolvimento*”³⁵. A autora considera que a CD abre espaço para aumento de actores capazes, autónomos na organização e gestão do processo de desenvolvimento.

Para C. Sangreman, a CD centra-se na participação e responsabilização dos actores ao longo do processo. O autor consubstancia a “*concertação e complementaridade entre os intervenientes como base para o fortalecimento do desenvolvimento de parcerias, gestão descentralizada de recursos e promoção da apropriação das iniciativas locais*”³⁶.

Numa abordagem desenvolvimentista, as ONGs classificam a CD como um recurso para implementar acções que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, oferecendo-lhes melhores serviços enquanto os organismos internacionais e regionais recorrem à CD para implementação das estratégias de cooperação para o desenvolvimento³⁷.

O Banco Mundial define CD como “*parceria formal entre duas autoridades locais de países diferentes, que se engajam em programa de intercâmbio e colaboração visando melhorar a situação social e económica das respectivas comunidades e reforçar as capacidades e competências dos parceiros envolvidos*”³⁸. A abordagem formalista do BM é centrada nas autarquias locais, relevando o papel da CD, no reforço das capacidades e competências, como fundamentais para criar melhores condições de vida da população.

Por sua vez, a Organização de Cooperação para Desenvolvimento Económico (OCDE), classifica a CD como processo de parcerias de longo prazo entre as autoridades locais do Norte e do Sul baseadas em formas específicas de intervenção com ênfase para o intercâmbio técnico e formação³⁹.

³⁴ Proença, 2009:23.

³⁵ Alves, 1996:128.

³⁶ Sangreman, 2009:76.

³⁷ Afonso, 1998: 26.

³⁸ Afonso, 1998:27; Hafteck, 2003: 335.

³⁹ Afonso, 1998:27.

Através da convenção de Lomé IV assinado em 1995, a União Europeia (EU) defende que CD “*visa reconhecer o papel fundamental da sociedade civil no processo do desenvolvimento*”⁴⁰ através da participação e envolvimento das populações na definição e execução de acções que satisfaçam as suas necessidades. Para regulamentar a CD, a UE aprovou um regulamento em 1998, modificado em 2002 e 2004⁴¹, o qual estabelece que as acções da CD, para além de promover um desenvolvimento participativo, devem contribuir na diversificação e reforço da sociedade civil bem como na democratização dos PED⁴². Para tal, a CD centra a sua actuação no desenvolvimento dos recursos humanos e técnicos, na promoção de sectores socioeconómicos ao nível rural ou urbano e envolve ainda as ONGs, instituições públicas e grupos de iniciativas locais, igrejas, associações ou comunidades religiosas e outros actores empenhados em contribuir para o desenvolvimento⁴³.

Resumindo, o mapeamento conceitual da CD, apresenta pontos de convergência entre os quais se destacam a democratização dos PED, a descentralização das iniciativas e da relação com os PED através da inclusão de ONGs, de outros actores da Sociedade Civil e da responsabilização da população beneficiária no seu próprio desenvolvimento. A CD é potencialmente mobilizadora da participação e inclusão social, baseada na complementaridade dos intervenientes com responsabilidades nos processos de desenvolvimento, que modelam as condições de vida da população, factor que torna esta forma de cooperação em centro de desenvolvimento das relações entre povos.

II.4. O Papel das ONGs no Desenvolvimento Humano

A génese das ONGs surge das instituições religiosas de tradição cristã, as quais, durante a idade média associavam acções de evangelização e de caridade a actividades de ajuda humanitária às populações carenciadas na Europa. M. Ribeiro⁴⁴ considera que como réplica dessa assistência humanitária, foram criadas as primeiras instituições humanitárias

⁴⁰ Hafteck, 2003: 334.

⁴¹ <http://www.europa.eu/legislation>.

⁴² Idem; Sangreman, 2009:19-20.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Ribeiro, 1995:28.

de inspiração cristã, nomeadamente: “Cruz Vermelha, criada em Genebra, em 1863; CARITAS, na Alemanha em 1897; Exército de Salvação em Londres, 1865; e o Conselho Ecuménico das Igrejas em 1948 – Amsterdão”. Da abordagem do autor, conclui-se que as instituições de inspiração cristã, deram origem e forma às actuais ONGs que emergem, no período após II GM, no contexto de auxílio humanitário às vítimas desta catástrofe na Europa.

Ao longo do processo de desenvolvimento e da evolução da CID, o papel das ONGs vai ganhando forma, procurando focalizar áreas específicas e sectores de actividades que respondem às necessidades dos beneficiários.

Nos anos 1960/70, a função das ONGs limitava-se à satisfação das necessidades básicas imediatas através da ajuda alimentar. As ONGs ganham maior expressão no desenvolvimento a partir da década 80, período em que contribuíram para os arranjos alternativos entre o Estado, mercado e sociedade em geral⁴⁵. Neste período, as ONGs foram responsáveis pela implementação de programas de assistência à população em situação de emergência e socorro em desastres, especialmente durante a fome que assolou grande parte dos países africanos.

A partir da década de 1990, no contexto de desenvolvimento humano baseado no alargamento das escolhas, liberdades e “*empowerment*” dos indivíduos, as ONGs passam a desempenhar um papel fundamental na criação de oportunidades para participação dos grupos socialmente marginalizados nos processos de desenvolvimento e na democratização, proporcionando espaço para discussão e debate em torno da pobreza, para além de contribuir no reforço das capacidades individuais⁴⁶. Neste contexto, as ONGs passaram a representar a “*expressão directa da sociedade civil*” e a sua intervenção no processo de desenvolvimento é fundamental para impulsionar esforços da comunidade no “*self-empowerment*”⁴⁷. O PNUD considera que uma abordagem participativa que abrange as ONGs é essencial na viabilidade da estratégia de desenvolvimento humano, dada a flexibilidade destas no envolvimento das pessoas no processo⁴⁸.

⁴⁵ Bebbington, 2008:9.

⁴⁶ Mitlin, 2005:1; Edwards, 2008:44; Bebbington, 2008:5; Feldman, 1997:48.

⁴⁷ Friedmann, 1996:170.

⁴⁸ PNUD, 1990:6.

Vários autores comungam da ideia que as ONGs desempenham um efectivo papel no arranque de múltiplas acções relevantes para o desenvolvimento “*bottom up*”. Refere-se nomeadamente, as seguintes acções: a concessão de sistema de crédito a grupos sociais de baixa renda; ao acesso dos beneficiários aos serviços básicos; a participação dos beneficiários na identificação das necessidades; na formulação das alternativas de intervenção; na execução e manutenção dos projectos.

Estudos centrados no contexto africano salientam que as ONGs assumem um papel fundamental no fomento da democracia necessária ao processo de desenvolvimento. Neste quadro auxiliam os Governos a implementar o processo de descentralização, a fomentar participação activa das populações e a criar espaço para debate e processos de deliberação de consenso sobre o desenvolvimento local. Em vários países africanos as ONGs juntam-se com as OCBs e grupos religiosos na implementação de programas e projectos de assistência humanitária e desenvolvimento socioeconómico, providenciando serviços sociais, sistemas de abastecimento de água e sanitários e assistência institucional⁴⁹. As ONGs são, assim, fundamentais na solicitação de financiamento dos programas de desenvolvimento; no “*empowerment*” dos beneficiários através da sua participação na planificação, execução, gestão e conservação dos bens comuns; na introdução de tecnologias adequadas para aumentar a produtividade, introdução de actividades de geração de emprego e sistema de crédito⁵⁰. A contribuição das ONGs na capacitação dos beneficiários, para além de constituir uma forma de investimento no capital humano, é fundamental na garantia da implementação adequada que vai garantir a sustentabilidade dos programas de desenvolvimento. No “*empowerment*” dos beneficiários, as ONGs privilegiam a inclusão social das mulheres no processo de auto-construção para garantir que assumam papel de liderança e tomada de decisão nas organizações e nas unidades domésticas.

Em suma, de acordo com a literatura disponível as ONGs são preponderantes na dinamização da descentralização, através da mobilização da participação popular no processo de desenvolvimento, aumentando, desse modo, a “*self – confidence*” das comunidades no processo de desenvolvimento⁵¹. As ONGs também são fundamentais na

⁴⁹ Drabo, 1996:85-86.

⁵⁰ Idem: 86.

⁵¹ Matovu et al, 1996:65-66.

promoção da *Boa Governança*, através de realização de debates públicos que abordam o funcionamento do governo e redução do autoritarismo⁵². A abordagem das ONGs, cada vez mais inovadora, promove alternativas de desenvolvimento que envolvem a construção de relações entre vários actores. É na base dessas relações que as ONGs consagram e reforçam a sua capacidade e legitimidade para promover o desenvolvimento através de mudanças integradas que concorrem para a redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida dos grupos sociais marginalizados.

II. 5. Igrejas Cristãs, ONGs e Desenvolvimento – A Teologia de Libertação

A degradação das condições de vida humana causada pela pobreza é um problema preocupante para as Igrejas Cristãs. A partir dos anos de 1960, as agências humanitárias internacionais tornaram o desenvolvimento a palavra dominante para a redução da pobreza. Foi neste contexto que as Igrejas Cristãs representadas pelas ONGs respectivas⁵³ se juntam a outros agentes de desenvolvimento na canalização da APD para os PED.

Na fundamentação da relação entre as Igrejas Cristãs e o desenvolvimento, em 1967 através da encíclica “*Populorum Progression*”, a Igreja Católica denominou “*desenvolvimento como novo nome da Paz*”⁵⁴. Na encíclica, a Igreja define a humanidade inteira como alvo de desenvolvimento e apela para intervenção do homem no processo de forma a prover por si o bem-estar, o progresso humano e espiritual de todos.

Em 1979, o Papa João Paulo II, na sua primeira encíclica, volta a enfatizar que a Igreja estabelece a pessoa humana como o centro do processo de desenvolvimento, sem, contudo, ignorar o crescimento económico e o aumento dos bens dos quais as pessoas se servem⁵⁵.

No processo de desenvolvimento humano, as Igrejas Cristãs, agrupadas em ONGs, destacam-se nas áreas de educação, saúde, abertura de furos de abastecimento de água, melhoria da habitação, apoio ao sector agrícola e concessão de micro - créditos para as

⁵² Bebbington, 2008:9–34.

⁵³ Das quais se destacam a Catholic Relief Services, World Vision, Christian Aid e Lutheran World Service (Marshall, 2001:345).

⁵⁴ <http://www.vatican.va>; Walker, 1999:16;

⁵⁵ Rodrigues, 2010:210; <http://www.vatican.va>.

populações necessitadas, com prioridade para as áreas rurais, para além de intervir na assistência humanitária em situações de crise, na promoção da paz e reconciliação no período pós – conflito e de participação nos debates políticos sobre os processos de elaboração dos PRSP⁵⁶. No contexto actual do mundo assolado pela epidemia do HIV&SIDA, as Igrejas por via das ONGs estão envolvidas em acções de assistência domiciliária das pessoas afectadas incluindo assistência social a crianças órfãs de pais vítimas da doença⁵⁷.

Seguramente que as áreas de intervenção das Igrejas Cristãs visam oferecer oportunidades para melhoria das condições de vida das populações pobres e promover as capacidades dos indivíduos para o alcance do desenvolvimento humano. A Igreja considera a sua acção para com os pobres como forma de os colocar junto de Deus: *“Deus está presente sempre que as necessidades humanas estão a ser cumpridas; sempre que os valores humanos são reforçados”*⁵⁸. Portanto, a intervenção das ONGs Cristãs no processo de desenvolvimento é também orientada pelo conceito divino e sagrado da dignidade da vida humana. Também é de considerar o espírito de caridade, o humanitarismo e moralidade como valores cristãos fundamentais na acção da Igreja em prol das populações necessitadas⁵⁹. Neste contexto, o desenvolvimento constitui uma preocupação das Igrejas Cristãs e estas são agentes de desenvolvimento relevantes na operacionalização da CID e da CD por meio de ONGs respectivas estabelecidas nos PED.

II. 5.1. A Teologia de Libertação

No início da década de 60, o Concílio de Vaticano II (CVII) debateu o papel da Igreja na solução dos problemas socioeconómicos e políticos que oprimem as sociedades marginalizadas. O CVII inicia a nova abordagem da acção da Igreja baseada na Teologia de Libertação (TL) que emerge influenciada pelos movimentos do *“Social Gospel”* e

⁵⁶ Marshall. 2001: 49; Gifford, 1991:9.

⁵⁷ Marshall, 2001:349.

⁵⁸ Gifford, 1991:9.

⁵⁹ Walker, 1999:16.

“*Christian Socialism*” protagonizados por protestantes cristãos americanos e ingleses, a partir de meados do século XIX e início do século XX⁶⁰.

A TL nasce preocupada em salvar o homem da pobreza, processo que compreende a libertação integral do homem da marginalização económica e política; do analfabetismo e ignorância bem como da dependência que despersonaliza o indivíduo⁶¹. Na abordagem da TL, onde não há liberdade de expressão em assuntos políticos e económicos, a mensagem bíblica é fundamental para promover uma visão do mundo justo, onde os necessitados têm assistência em necessidades básicas. No contexto actual do desenvolvimento centrado na capacitação e “*empowerment*” dos indivíduos, a TL é influente na promoção das capacidades para melhor servir a sociedade fazendo da comunidade cristã, incluindo as respectivas ONGs, uma alternativa para acções de desenvolvimento⁶².

De acordo com Leonardo Boff⁶³, a TL constitui catalisador da acção das instituições cristãs na “*transformação do mal em bom*” em benefício das populações desfavorecidas nos PED.

Podemos concluir que as Igrejas Cristãs e suas instituições, que intervêm no processo de desenvolvimento, buscam na TL a inspiração da fé para solidariedade com os pobres, através de acção prática de carácter social e político, visando libertar as populações pobres dos males que reduzem as suas potencialidades.

Sintetizando, a TL promove justiça social e liberdade dos indivíduos através, da satisfação das necessidades básicas do homem e comunga a sua participação na satisfação dos anseios que incluem o acesso à educação, saúde, alimentação, habitação e lazer.

A TL junta as Igrejas Cristãs com o PNUD, Haq e Sen na abordagem do desenvolvimento centrado nas pessoas através do alargamento das suas liberdades, participação na identificação e implementação das alternativas de desenvolvimento para uma vida humana digna.

⁶⁰ “*Social Gospel*” e “*Christian Socialism*” aplicavam a ética cristã para livrar a humanidade dos males sociais, pelo esforço humano. (en.wikipedia.org/wiki/Social_Gospel/Christian_socialism; Gifford, 1991:9).

⁶¹ Boff, 1984:31.

⁶² Walker, 1999:16-17.

⁶³ Boff, 1984:31.

III. O Papel das Organizações Não-Governamentais Cristãs no Desenvolvimento de Moçambique: O Caso do Sul do Save, 1992 – 2010

III.1. Moçambique, Sul do Save: Breve Contextualização económica e social

Economicamente, o sul de Moçambique apresenta características resultantes do processo histórico. Desde o período colonial, a região sul constituía reserva de mão-de-obra para as minas e plantações da África do Sul⁶⁴. Segundo H. Abrahamsson⁶⁵, a exportação de mão-de-obra para África do Sul, retirou os homens da prática de agricultura, passando a sobrevivência das famílias, depender das receitas enviadas pelo mineiro. J. Mosca sublinha que, para além de, “*transformação de campesinato em operários das minas e de plantações*”⁶⁶, o processo provocou mudanças nos papéis sócias e na divisão de trabalho na economia familiar. Foi neste contexto, que a mulher da região sul passou a assumir a liderança e sobrevivência económica da família, na ausência do marido, papel que ainda persiste em algumas comunidades.

III.1.1. Acção da Guerra, HIV e calamidades naturais na degradação das condições socioeconómicas

A guerra civil que abalou Moçambique até 1992, para além das irreparáveis perdas humanas que resultaram dos 16 anos de conflito, abalou seriamente os equilíbrios sociais pré - existentes e devastou gravosamente as infra-estruturas sociais e económicas do país: 3498 escolas primárias e mais de 500 unidades sanitárias foram destruídas e um número superior a 3000 cantinas rurais devastadas⁶⁷. O mesmo contexto provocou o abandono das zonas rurais pelas populações e a sua deslocação em direcção aos centros urbanos e países vizinhos, perdendo deste modo os seus bens, incluindo habitações.⁶⁸

⁶⁴ O recrutamento da mão-de-obra moçambicana para a mineração na RSA foi formalizado em 1901 (Rita - Ferreira, 1963: 66-67).

⁶⁵ Abrahamsson, 1994:27.

⁶⁶ Mosca, 2005:50-51.

⁶⁷ Hanlon, 1996:15

⁶⁸ Abrahamsson, 1994:109.

A epidemia do HIV&SIDA, constitui uma catástrofe que afecta socioeconomicamente Moçambique, com uma prevalência de 11.5 %, sendo a região sul a mais assolada, com 17,8% da população infectada⁶⁹. As repercussões socioeconómicas do HIV vão desde a queda da produtividade, aumento da dependência nas famílias afectadas e aumento de Crianças Órfãs e Vulneráveis (COVs). Por outro lado, a região sul de Moçambique é assolada pelas cheias cíclicas e ciclones, fenómenos que nos últimos anos causaram a destruição de escolas, hospitais, habitações, campos de cultivo e perdas de bens matérias das populações, agravando, deste modo, as condições de vida dos afectados.

A caracterização apresentada apela a intervenção de instituições humanitárias e de promoção de desenvolvimento, como também sublinha a urgência de minimizar as carências e suprimir as necessidades das populações.

III.2. Justificação da Amostra: Porque ONGs Cristãs Católicas e Protestantes?

O papel das ONGs Cristãs na promoção do desenvolvimento humano em Moçambique tem registo histórico. As primeiras ONGs formalmente constituídas após independência, em 1975, foram de origem protestante e católica, designadamente: *Conselho Cristão de Moçambique (CCM)*, existente desde 1948 e *Cáritas Moçambicana (CM)*, criada em 1977⁷⁰. Inicialmente, estas ONGs assumiam papéis de promoção de bem-estar social e desenvolvimento. Devido aos efeitos da guerra e da fome, que abalou Moçambique nos anos 80, as ONGs, tornaram-se agências de socorro de emergências.

A aprovação da nova Constituição Política da República, em 1990, que preconiza o direito à livre associação, permitiu a sociedade civil, em particular a comunidade cristã, criar mais ONGs ecuménicas, com objectivo de unir os esforços e contribuir no desenvolvimento integral do homem. Os primeiros anos da década de 90 foram, também, caracterizados pela entrada massiva de ONGs internacionais, incluindo as Cristãs.

Finda a guerra, em 1992, a intervenção de vários *Agentes do Desenvolvimento*, incluindo ONGs Cristãs, no restabelecimento das condições básicas para as populações, tornou-se um imperativo moral e humanitário. É desde então que as ONGs Cristãs, através

⁶⁹ MISAU, 2010: 161-166.

⁷⁰ Ballerstaedt, 1999:6.

de projectos conjuntos⁷¹ e em separado, destacam-se no trabalho directo com as populações desfavorecidas, na implementação de acções que reduzem a sua vulnerabilidade socioeconómica e promovem o desenvolvimento humano.

Para o estudo de caso que aqui nos traz, a amostra representativa é baseada em ONGs Cristãs nacionais e internacionais, revelando maior inserção e experiência de intervenção em programas de desenvolvimento, designadamente⁷²:

Nacionais - Conselho Cristão de Moçambique (CCM), Cáritas Moçambicana (CM), Comité Ecuménico para o Desenvolvimento Social (CEDES) e REENCONTRO.

Internacionais - Lutheran World Federation (LWF) e World Relief International (WRI).

As acções de intervenção em análise e as populações beneficiárias localizam-se nas províncias de Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo, precisamente:

Província	Distrito	População*	Agregados Familiares*	Povoação/Bairro de Estudo	ONG de Intervenção
Inhambane	Jangamo	93.402	21.737	Massavane	CCM
	Cidade de Inhambane	65.149	15.744	Salela	CM
	Cidade da Maxixe	108.824	25.710	Malavane e Muchire	
Gaza	Chibuto	191.682	40.236	Mucotuene	WRI
	Chòkwé	183.531	36.774	Vila Sede	CM e LWF
	Guijá	65.306	13.946	Djavanhane	LWF
	Mabalane	32.067	5.392	Chinhequete e Chimunguane	CM e CM
Maputo	Moamba	56.746	14.610	Chinhanganine, Bandoa e Mobuto	CEDES e CCM
Maputo Cidade	KaMavota	293.361	57.018	Albazine, Laulane e Mavota	REENCONTRO

*Fonte: INE – Moçambique: Censo Populacional, 2007.

⁷¹ Os projectos conjuntos são no âmbito da “Action by Churches Together - ACT International”.

⁷² Cf. anexo 4.

III. 3. ONGs Cristãs: Áreas de acção, formas de intervenção e fontes de financiamento

III. 3. 1. Áreas de Acção das ONGs Cristãs

No período 1992 – 2010, as ONGs Cristãs com programas de desenvolvimento na região sul de Moçambique, apresentam uma diversidade de áreas de acção, que se complementam na melhoria das condições socioeconómicas das populações⁷³.

Os dados mostram que as áreas de saúde, educação e agricultura, são aquelas onde as ONGs realizam mais acções, seguindo-se o apoio habitacional, abastecimento de água, concessão de crédito, formação profissional e assistência social a COVs. A *Assistência Humanitária*, constitui uma área transversal, na qual as ONGs em análise, intervêm em casos de desastres naturais, como ocorreu durante as cheias de 2000 e o ciclone Fávio em 2007. No contexto do “*empowerment*” da mulher na liderança do processo de desenvolvimento, as ONGs, integram nos seus programas questões sobre *género e desenvolvimento*. De igual modo, a área do *HIV&SIDA*, está incorporada transversalmente nos programas. As áreas de acção são estabelecidas em resposta às necessidades identificadas pelas populações beneficiárias, em “*Workshops*” facilitados pelas ONGs. Simultaneamente, as áreas de acção respondem ao mandato vocacional das ONGs, inspiradas na Teologia de Libertação. Neste processo a intervenção das ONGs está em consonância quer com as directivas do PARPA, documento de âmbito nacional, que desde 2001, estabelece as acções prioritárias para erradicação da pobreza em Moçambique, quer com os ODMs, internacionalmente estabelecidos. Estes documentos, que consagram as políticas, acções nacionais e internacionais de desenvolvimento, constituem instrumentos de consulta para o enquadramento das áreas de acção no processo de desenvolvimento. A observância das políticas nacionais e internacionais constitui condição fundamental para o financiamento das iniciativas das ONGs pelos diversos doadores que subvencionam programas de desenvolvimento nos PED.

⁷³ Vide anexo 5.

III. 3. 2. Formas de intervenção das ONGs Cristãs

Nesta secção, propomo-nos a analisar as formas de intervenção das ONGs, no processo de construção de infra-estruturas de saúde, educação e abastecimento de água; ao nível da concessão do crédito e ainda nos domínios da actividade agrícola e formação profissional. Estas áreas em abordagem complementam a prestação de serviços públicos básicos e contribuem para a criação de melhores condições socioeconómicas para as populações.

Refira-se que, entre as ONGs Cristãs, observa-se a existência de fóruns de coordenação, visando a partilha de actividades e de formas de intervenção de modo, a que uma resposta eficiente seja dada às necessidades das populações, evitando a duplicação inútil de esforços e recursos.

III. 3.2.1. Intervenção na Construção de infra-estruturas sanitárias, educacionais e furos de água

A intervenção das ONGs na construção e equipamento de infra-estruturas sanitárias, educacionais e de abastecimento de água, é caracterizada pelo modelo de desenvolvimento alternativo, que dá primazia a participação plena das populações beneficiárias no processo decisório que conduz ao melhoramento das suas condições de vida. O processo compreende três fases fundamentais, especificamente:

Planificação – O processo de planificação da intervenção das ONGs em análise, baseia-se na aplicação do *Diagnóstico Rápido Participativo (DPR)*, que funcionam na lógica “*bottom up*”. Dentro deste quadro, as ONGs orientam os “*Workshops*” de planificação, nos quais as populações beneficiárias são os protagonistas na identificação das necessidades prioritárias comuns. Neste processo, as ONGs são auxiliadas pelo governo local e líderes religiosos, na organização e mobilização da participação. Durante os *Workshops*, as ONGs promovem a criação dos *Comités de Desenvolvimento Local/Comunitário – CDL/C*⁷⁴, que integram *Comissões de Gestão* para cada uma das áreas de acção. A capacitação contínua dos CDL/C, de modo a torna-los “*self – confident*”

⁷⁴ Os CDL/C são constituídos por elementos da comunidade incluindo representantes do governo local e líderes religiosos, escolhidos democraticamente, de forma rotativa.

na dinamização do processo de desenvolvimento, caracteriza a intervenção das ONGs quer na fase de planificação quer nas subsequentes. Alias, os CDL/C exercem um papel fundamental em acções de pressão ao Governo distrital e Agentes de Desenvolvimento, visando a reivindicação do desenvolvimento das respectivas comunidades.

Resumindo, o modelo de intervenção das ONGs nesta fase, constitui a base estratégica para o envolvimento participativo, para além de, promover a responsabilidade e elevar o espírito de pertença das iniciativas por parte dos beneficiários, tanto na construção de infra-estruturas sanitárias, educacionais, de abastecimento de água como nas restantes áreas de acção.

Implementação – Nesta fase, a intervenção das ONGs é orientada para o fornecimento de material e equipamento de construção, para além, da contratação de empreiteiros de obras. Estrategicamente, as ONGs prevêm uma cláusula obrigatória condicionando os empreiteiros a empregarem a mão-de-obra local e treina-la em construção civil, como forma de contribuir para a criação de emprego e a capacitação das populações.

Durante a edificação de infra-estruturas, as Comissões de Gestão de Obras e de Água, assumem a coordenação da participação dos beneficiários, processo apoiado pelas ONGs⁷⁵. Este processo é correspondido pela adesão voluntária das populações na construção de salas de aulas, centros de saúde e de furos de água. Alias, a participação das populações, inclui a definição e disponibilização do terreno para a implantação de obras. Embora as ONGs em questão, consubstanciem a participação interactiva e auto-mobilizada, caracterizada pelo voluntarismo gratuito dos beneficiários, há registos de algumas participações por incentivos materiais, especificamente, de bens alimentares e valores monetários.

Em suma, observa-se que a participação dos beneficiários assume dinâmicas diferentes de uma comunidade para outra, facto interpretado como consequência da organização sócio - tradicional de algumas comunidades⁷⁶. Constata-se ainda a incapacidade das ONGs Cristãs remunerarem todas as participações, com a agravante de

⁷⁵ O apoio aos CDL/C é através do “*Community Development Assistente*” e pela *Comissão Local*, que integra líderes religiosos e técnicos comunitários.

⁷⁶ Para algumas comunidades do sul de Moçambique, a auto-mobilização para a participação em acções de benefício comum, caracteriza a convivência sócio - tradicional.

existirem outros *Agentes de Desenvolvimento* que dinamizam a participação das populações, através do programa “*Comida pelo Trabalho*”.

Gestão de Infra-estruturas sociais - As infra-estruturas sanitárias e educacionais são entregues ao Governo para sua gestão pelas instituições de tutela, designadamente: Ministérios de Saúde e da Educação. Os furos de água são responsabilizados aos beneficiários, representados pela *Comissão de Gestão de Água*, que recolhe as contribuições para a criação de fundo de manutenção, reparação e organização da sua gestão. Porém, as ONGs capacitam os membros das comissões em gestão de fundos, manutenção e reparação do sistema de bombagem de água.

III. 3.2.2. Concessão de crédito

A concessão de crédito pelas ONGs difere de uma organização para outra.

A experiência da **Cáritas Moçambicana** baseia-se no sistema de crédito comunitário rotativo, criado em 2000. Para a atribuição do crédito, a CM promove a união dos beneficiários em Organizações Comunitárias de Base (OCBs), as quais são capacitadas em gestão de micro finanças. Estrategicamente, a CM identifica junto aos beneficiários, as áreas de investimento elegíveis para efeitos de crédito comunitário, sendo a montagem de moageiras, construção de padarias e casas agrárias, as actividades prioritárias e de benefício comum⁷⁷. No quadro da rotatividade do crédito, a comunidade beneficiária, após criar rendas, o capital investido é passado para a comunidade vizinha, que também, aplica em actividade similar. Neste sistema de crédito, os lucros do investimento subsidiam rotativamente as famílias carenciadas, membros das OCBs, e são aplicados na gestão da iniciativa.

Através da rotatividade do crédito, a CM soluciona as necessidades dos indivíduos em cadeia de comunidades e promove a solidariedade entre os beneficiários, num espírito de “*ajuda ao próximo*”, característica dos cristãos. Nota-se que este modelo de intervenção contribui para a redução da dependência externa, através de reinvestimento dos fundos produzidos localmente.

Por outro lado, a CM, também atribui crédito individual a famílias de baixa renda. Os beneficiários investem o crédito em diversas actividades de geração de renda, cujos

⁷⁷ Coordenadores da CM – Inhambane, 04/08/2010; Gaza, 09/08/2010).

lucros, aplicam na construção de cisternas, melhoria da habitação, alimentação e educação dos filhos.

Salienta-se que a **LWF** apresenta duas experiências de concessão de crédito:

A primeira intervenção, entre 1995- 2002, foi caracterizada pela concessão de crédito rotativo a grupos de 10 elementos, que aplicavam os fundos em pequenos negócios.

Os grupos bem sucedidos foram assistidos pela LWF na criação de Cooperativas de Poupança e Créditos⁷⁸.

Em 2005, a LWF iniciou a concessão do *crédito social para comunidade* baseado no sistema “*Saving And Credit Co – operative (SACCO)*”⁷⁹. Através do SACCO a LWF promove a criação e capacitação de *Associações de Poupança e Crédito Social (APCS)*, as quais funcionam autonomamente⁸⁰.

Através do sistema SACCO, os membros das APCS beneficiários do crédito social, canalizam o capital para o fundo da associação e periodicamente depositam para a caixa de poupança da mesma, um valor dos lucros, o qual é devolvido com juros aos associados e de forma rotativa. Neste contexto, a distribuição da poupança beneficia a todos membros das APCS e estes, aplicam o valor na ampliação dos seus negócios informais e melhorias das suas condições de vida.

A experiência da **WRI** na concessão de crédito, baseia-se no *Fundo de Crédito Comunitário (FCC)*⁸¹, implementado entre 1994-2007. Objectivamente, a WRI atribuía o crédito a grupos de pequenos comerciantes e produtores. Os grupos coordenavam a distribuição dos fundos aos seus membros, de acordo com o plano de investimento apresentado a WRI, para além de, cobrarem o capital e respectivos juros para devolver à organização. Este modelo de intervenção elevou a responsabilização dos beneficiários, pela gestão e partilha equitativa dos recursos disponíveis, para investir na ampliação das suas iniciativas económicas.

⁷⁸ Adjunto Gestor de Projectos de LWF – Gaza, 09/08/2010.

⁷⁹ LWF, 2007: 18-19.

⁸⁰ As APCS são constituídas por uma média de 30 famílias capacitadas em micro - finanças e gestão de pequenos negócios.

⁸¹ O FCC, foi criado para fortalecer as oportunidades aos pequenos comerciantes e produtores, oferecendo serviços financeiros eficientes e inovadores no desenvolvimento socioeconómico - (<http://www.worldrelief.org>).

III. 3.2.3. Área da Agricultura

Durante o processo de reintegração dos deslocados de guerra civil, as ONGs em análise, com excepção da REENCONTRO, intervieram no sector agrícola, prestando o apoio as populações alvo em sementes e instrumentos agrícolas. Esta forma de intervenção, também, foi observada no apoio às vítimas das cheias em 2000 e de ciclone Fávio em 2007. Através deste modo assistencialista, as ONGs promovem a reintegração das populações, pós emergência, na actividade agrícola, em busca de segurança alimentar.

Em finais dos anos 90, a intervenção das ONGs Cristãs na área de agricultura, passa a integrar acções de desenvolvimento alternativo. Neste contexto, a intervenção passa a basear-se na promoção da criação de OCBs⁸² e apoia – lás na prática de uma agricultura colectiva, entre famílias membros da organização. A intervenção das ONGs Cristãs inclui capacitação das OCBs em técnicas de inovadoras de produção agrícola, produção de fertilizantes, treinamento em técnicas de processamento de produtos, fornecimento de máquinas e instrumentos agrícolas, nomeadamente, tractores e alfaias agrícolas, sistemas de rega, charruas de atracção animal, para além, de fornecimento de sementes e capacitação em manutenção do equipamento⁸³. A intervenção do CCM e LWF inclui a construção de *Lojas de sementes e instrumentos agrícolas*, facilitando o acesso às comunidades locais.

Em suma, esta forma de intervenção instaura a organização colectiva, reforça as relações socioeconómicas das populações e abre novas perspectivas de desenvolvimento das comunidades.

III. 3.2.4. Formação Profissional

As ONGs classificam a componente *formação* como fundamental no processo de “*empowerment*” dos indivíduos, permitindo o alargamento das opções e possibilidades de participarem no seu próprio desenvolvimento. A intervenção das ONGs Cristãs na formação baseia-se na criação de *Centros de Formação e Desenvolvimento (CFD)*, atribuídos às OCBs. Nos CFD, as ONGs, promovem a capacitação de OCBs em diversas áreas de intervenção, a Gestão organizacional, o planeamento e a implementação de

⁸² As OCBs são constituídas maioritariamente por mulheres.

⁸³ Delegado do CCM e Coordenador da CM – Inhambane, 04/08/2010.

projectos, contribuindo deste modo, para a capacitação das comunidades por forma a concorrer aos fundos do *Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIL)*⁸⁴. No âmbito do funcionamento dos CFD, as ONGs apoiam em equipamento, material e formação aos grupos vulneráveis, especificamente: viúvas, mães solteiras, jovens desempregados e COVs⁸⁵. Na definição das áreas de formação, as ONGs atendem às aspirações profissionais dos beneficiários e promovem um treinamento orientado para as necessidades locais e de auto-emprego. De acordo com a experiência da REENCONTRO, as COVs formadas recebem “*Kits*” com equipamento e material, habilitando-as para desenvolverem actividades de forma independente. Por seu turno, os jovens são encaminhados para empresas, onde aperfeiçoam as competências e ganham emprego. A WRI promove o equipamento dos CFD com máquinas e material de costura, destinadas às mulheres formadas, para a prestação de serviços no mercado local. Neste quadro, as ONGs Cristãs, ao contribuírem para desenvolvimento de competências profissionais de Homens e Mulheres, possibilitando a criação de auto-emprego, prestigiam-nos no seio da comunidade a que pertencem e participam também no processo de redução da pobreza.

Sintetizando, as formas de intervenção arroladas nas diversas áreas de acção das ONGs, promovem o desenvolvimento alternativo, através do envolvimento participativo, democrático e a responsabilização das populações beneficiárias pelo processo de transformação para o melhor das suas condições de vida. Neste processo, as ONGs intervêm como *Agentes Dinamizadores e Facilitadores de Desenvolvimento*, oferecendo assistência técnica, financeira e material aos beneficiários, para que estes por si próprios e pela apropriação destas acções, conduzam o seu desenvolvimento individual e colectivo.

III. 4. Fontes de Financiamento das ONGs Cristãs

A intervenção das ONGs Cristãs em Moçambique é fortemente dependente de financiamento externo, principalmente as nacionais, dada a sua fraca capacidade de auto-sustento. Em termos gerais, o financiamento das ONGs é realizado através de:

⁸⁴ OIL foi instituído pelo Governo para dinamizar a descentralização do desenvolvimento.

⁸⁵ A formação vocacional inclui corte e costura, bordado, serralharia, carpintaria, estofaria, sapataria e artesanato.

Fundos próprios - angariados através de contribuição, quotização das instituições e individualidades religiosas, para além, das colectas feitas aos crentes, nas respectivas igrejas de que são membros. As ONGs Estrangeiras privilegiam a angariação de fundos nos seus países de origem.

Fundos externos – são canalizados por instituições nacionais e internacionais, mediante apresentação de projectos de intervenção. Neste financiamento, destacam-se fundos dos doadores bilaterais, canalizados ao Governo moçambicano para financiar acções de combate e mitigação do HIV&SIDA; o financiamento das Instituições multilaterais e Organismos Internacionais para o Desenvolvimento, que canalizam a APD através das ONGs, para além de financiamento das Fundações privadas. No âmbito de *ACT International*, as ONGs Cristãs, são financiadas pelas instituições religiosas de solidariedade internacional. Entre as ONGs, algumas estrangeiras financiam as nacionais, no contexto do fortalecimento da capacidade institucional e de intervenção destas últimas. Neste contexto, as ONGs Cristãs nacionais recorrem como estratégia de sobrevivência, ao estabelecimento de parcerias com organizações congéneres e instituições internacionais.

Conclui-se assim que, as ONGs nacionais vivem em situação de extrema dependência financeira, o que as torna “vulneráveis” aos condicionalismos dos doadores internacionais. Tal vulnerabilidade reflecte-se na polivalência das áreas de acção das ONGs, muitas vezes incapacitadas institucionalmente para realizarem uma intervenção eficiente no domínio do desenvolvimento.

IV. Ensaio de Avaliação Qualitativa da Intervenção das ONGs Cristãs na População Beneficiária

Pelas opiniões recolhidas e observações feitas durante o trabalho do campo, tudo leva a crer que a intervenção das ONGs Cristãs produz mudanças significativas nas condições socioeconómicas dos beneficiários. Os entrevistados testemunham-no a diferentes níveis, quer pelas alterações operadas nas suas vidas quer na das respectivas comunidades.

Por um lado, a construção de salas de aulas resulta na melhoria das condições de ensino e de aprendizagem dos alunos; promove o alargamento e abrangência do ensino primário bem como a redução de desistências e dos percursos pedestres para os alunos. As

mudanças nesta área são fundamentadas pelos beneficiários, tal como, atestam um dos encarregados de educação e uma das alunas por nós entrevistados:

“Os nossos filhos estudavam debaixo de árvores mas graças a LWF, temos uma escola melhorada”⁸⁶.

“Antes da construção de mais salas pela WRI, os alunos da 6ª e 7ª classe caminhavam mais de 2 horas para outra escola, mas agora, recebem aulas próximo de casa”⁸⁷.

Enquanto que, na área de saúde:

“Antes de o CEDES construir o Centro de Saúde, a população percorria 44Kms para hospital, agora, temos assistência perto e com ambulância para evacuação, em casos complicados”⁸⁸.

Portanto, tudo indica que a intervenção melhorou no acesso à assistência sanitária e contribuiu na redução de custos de deslocação para centros de saúde distantes. De igual modo, terá aumentado a aderência das mães a consultas pré-natais, aos partos institucionalizados e Serviços Materno – Infantis.

Também a abertura de furos de água e construção de cisternas terá contribuído na redução da sobrecarga das mulheres no percurso quotidiano à busca deste precioso recurso ambiental. Melhorando o acesso das populações a água de melhor qualidade, reduziu por último os casos de doenças infecciosas intestinais, causadas pelo consumo de água imprópria.

No domínio da agricultura, observam-se progressos significativos nos hábitos alimentares e diversificação da dieta. Esta evolução por um lado deve-se à melhor qualidade de produção agrícola, como consequência de uso de técnicas inovadoras. Por outro lado verifica-se aumento de renda nas famílias através da comercialização dos produtos processados nas casas agrárias.

A concessão de crédito produz impacte considerável na economia informal. Esta realização financeira permite o alargamento de negócios no mercado local, para além de, diversificar as fontes de obtenção de renda pelas famílias beneficiárias. Nota-se que o crédito, também, cultiva o espírito de poupança nas famílias, para além de, melhorar as suas capacidades de gestão de negócios. Por seu turno, a aplicação dos lucros do crédito na melhoria da habitação, escolarização dos filhos, nas despesas médicas, alimentação e

⁸⁶ Encarregado de educação, EPC de Chimunguane, 10/08/2010.

⁸⁷ Aluna da EPC de Mucotuene, 09/08/2010.

⁸⁸ Régulo de Chinhanguane, 13/08/2010.

vestuário, participa no bem-estar das famílias. Por último, o crédito promove a criação de cooperativas e associações⁸⁹.

No domínio de formação, os beneficiários testemunham:

“Fui formado em Planificação e Gestão de Projectos pela REENCONTRO, como COV, actualmente trabalho para a organização...já constituí família”⁹⁰.

“A Cáritas formou-me na área de agricultura e empregou-me como responsável de produção...com o salário estou a construir casa de alvenaria”⁹¹.

Através dos depoimentos, podemos considerar que a formação dos beneficiários melhorou as capacidades de realização e de domínio técnico-profissional. Por um lado, ampliou oportunidades de emprego e auto-emprego na população beneficiária.

O estudo leva-nos a avançar que a intervenção das ONGs na assistência social a COVs⁹², através de providência de habitação, apoio escolar, alimentar, assistência médica e registo de cidadania contribuem na reintegração social e devolve a auto-estima das crianças expostas a vulnerabilidades, após a morte dos progenitores. Segundo umas das beneficiárias entrevistadas⁹³:

“Perdi os meus pais aos 14 anos e fiquei a cuidar dos meus 3 irmãos mais novos. Em 2007, a REENCONTRO construiu uma casa para nós, passou a apoiar em material escolar, alimentação e saúde”.

Em síntese, a intervenção das ONGs Cristãs, produz um impacto socioeconómico no desenvolvimento do país, através de construção e equipamento de infra-estruturas sanitárias, educacionais, de abastecimento de água, melhoria da alimentação e habitação das populações, para além de, oferecerem oportunidade para geração de renda e auto-emprego aos beneficiários.

⁸⁹ A *Cooperativa de Crédito de Limpopo*, criada a partir dos fundos da Cáritas e 7 APCS geradas com o crédito da LWF, em Gaza.

⁹⁰ Ex. Beneficiário da assistência a COVs pela REENCONTRO, Mavota, 23/07/2010

⁹¹ Mulher formada e empregue no CFD da Cáritas – Salela, 04/08/2010.

⁹² A REENCONTRO assiste 7000 COVs em Maputo e Gaza; a Cáritas, 350 crianças em Chòkwé.

⁹³ Beneficiária/COV - Albazine, 23/07/2010.

V. Conclusão

No quadro da análise do processo de desenvolvimento nos PED, indagamos sobre o “*Papel das Organizações Não-Governamentais Cristãs no Desenvolvimento de Moçambique*”, que constitui objecto do estudo.

Como foi abordado no texto, as ONGs Cristãs, vem desempenhando um papel relevante em Moçambique, a partir do período pós independência, através de acções de socorro às populações em situação de calamidades naturais e vítimas da guerra civil, terminada em 1992.

No contexto pós-guerra, as ONGs Cristãs assumem um papel fundamental na promoção do desenvolvimento humano, como agentes dinamizadores e facilitadores de desenvolvimento. O seu papel, circunscreve-se na intervenção em áreas socioeconómicas que alargam as oportunidades e capacidades das populações desfavorecidas participarem democraticamente no processo de criação de condições de vida digna.

As áreas de acção e as formas de intervenção, que caracterizam o papel das ONGs Cristãs, enquadram-se na abordagem do paradigma do desenvolvimento humano, conduzido através do modelo de desenvolvimento alternativo, centrado no homem como agente activo da própria mudança.

O estudo permite, também, concluirmos que, a criação e capacitação dos CDL/C, Comissões de Gestão e OCBS, constitui uma estratégia de “*empowerment*” das populações beneficiárias, de modo a torna-las auto-confiantes e responsáveis pela coordenação da planificação, implementação e gestão de actividades de desenvolvimento das suas comunidades. O envolvimento participativo e democrático das populações, pelas ONGs Cristãs, revela-se fundamental na descentralização da intervenção e encoraja a responsabilização dos órgãos locais de coordenação e gestão, pelo desenvolvimento das respectivas comunidades.

Quanto ao financiamento, concluímos que as ONGs Cristãs nacionais são altamente dependentes de fundos externos. Esta dependência pressiona a adaptação das ONGs nacionais em diversas áreas de acção, como estratégia de captação de financiamentos dos vários doadores que financiam programas de desenvolvimento nos PED. No mesmo contexto, através de *Act International*, as ONGs Cristãs, juntam sinergias à busca de financiamentos, para de forma conjunta, intervirem com eficiência na resposta às necessidades das populações, sem duplicação de esforços e recursos.

O estudo leva-nos a concluir que, o papel das ONGs inspiradas na Teologia de Libertação, insere-se no quadro normal das organizações da sociedade civil, que trabalham na promoção do bem-estar social e económico das populações.

Dado o desempenho do seu papel, as ONGs Cristãs, constituem parte importante da alternativa ao Estado, no processo de desenvolvimento de Moçambique, em particular na região sul. Contudo, as ONGs Cristãs orientam as suas acções práticas, em solidariedade com os desfavorecidos, atitude característica do cristianismo católico e protestante.

Na revisão das hipóteses levantadas,⁹⁴ concluímos que, **primeiro**: as ONGs Cristãs estabelecem as áreas de acção em resposta as necessidades das populações beneficiárias. A observância das prioridades nacionais e internacionais, consagradas no PRSP-PARPA e ODMs, facilita o enquadramento das áreas de acção no processo de desenvolvimento e é condição fundamental para o financiamento de actividades das ONGs Cristãs.

Segundo: O estudo confirma a intervenção dos líderes religiosos e governo local, na mobilização da participação dos beneficiários, nas primeiras sessões de planificação, em auxílio as ONGs. No entanto, após a criação dos órgãos locais de coordenação e gestão, designadamente, os *CDL/C* e as *Comissões de Gestão*, estes passam a assumir o papel fundamental na mobilização da participação dos beneficiários no processo de planificação, implementação e gestão das acções de desenvolvimento.

Terceiro: os dados do estudo não nos permitem inferir a terceira hipótese, que correlaciona o envolvimento dos beneficiários com a garantia da sustentabilidade das intervenções a longo prazo. Não obstante, podemos interpretar que, as ONGs Cristãs, ao criarem e capacitar os *CDL/C*, *Comissões de Gestão* e *OCBs* promovem a qualificação dos recursos humanos, na perspectiva de uma gestão sustentável das intervenções pelos beneficiários, a longo prazo.

⁹⁴ Vide na Introdução

Quarto: O estudo confirma que as diversas áreas de acção e as formas de intervenção das ONGs Cristãs contribuem para o “*empowerment*” dos beneficiários e na melhoria das suas condições de vida. As ONGs materializam o “*empowerment*” através da criação e capacitação dos CDL/C e OCBs, as quais fortalecem a descentralização, democratização das comunidades, garantem uma participação endógena das populações, promovem a apropriação e responsabilização dos beneficiários pelo processo de melhoria das condições de vida. O “*empowerment*” dos beneficiários compreende, também, a formação e treinamento em áreas de intervenção, apoio técnico, material e em equipamento de trabalho para as áreas de agricultura, apoio financeiro em forma de crédito e abertura de furos de água. Sendo assim, as ONGs capacitam os beneficiários para melhor intervirem na transformação socioeconómica das condições individuais e colectivas.

Em último, o estudo confirma a relevância da intervenção das ONGs Cristãs na redução da vulnerabilidade das populações. A intervenção das ONGs melhora no acesso à assistência sanitária, na redução da mortalidade, na melhoria das condições de ensino, no acesso a água potável, no aumento da produção agrícola, no alargamento das fontes de renda, na criação de auto-emprego. De modo geral, a intervenção das ONGs alivia o sofrimento das populações pobres, criando condições para satisfação das necessidades básicas para uma vida digna.

Bibliografia

- ABRAHAMSSON, H e NILSSON, A.** *Moçambique em transição - um estudo da história do desenvolvimento durante o período 1974-1992.* Gothenburg e Maputo: Padrigru & CEEI-ISRI, 1994.
- ANFOSO, Maria Manuela e FERNANDES, Ana Paula.** *abCD: Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento.* Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr & OIKOS, Janeiro 2005.
- AFONSO, Maria Manuela.** “Cooperação para o Desenvolvimento: O papel da Ajuda no contexto Africano”. In: Gonçalves, António Custódio (Coordenador). *África Subsariana: Globalização e contextos locais.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto & Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Maio, 2002, pp. 33-43.
- _____. *Cooperação descentralizada. O caso dos municípios portugueses.* Lisboa: CIDAC, 1998.
- AMARO, Rogério Roque.** “Parcerias e Cooperação para o Desenvolvimento local”. In: *Cooperação, Desenvolvimento e Migrações em Debate.* Lisboa: ACEP, 2007, pp.105-109.
- ALVES, Maria Inês Pacheco.** *As ONG na política comunitária de cooperação para o Desenvolvimento.* Lisboa: CIDAC, 1996.
- BALLERSTAEDT, Esther.** *Participação popular no processo de desenvolvimento em Moçambique.* Maputo: Link - Fórum de ONG's em Moçambique. Julho, 1999.
- BEBBINGTON, Anthony et al.** *Introduction: Can NGOs Make a Difference? The Challenger of Development Alternatives.* London & New York: Zed Books, 2008, pp. 3-37.
- BIROU, Alain.** *Dicionário das Ciências Sociais.* 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.
- BOFF, Leonardo.** *Do Lugar do Pobre.* 3ªEd. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- _____. *Teologia do Cativo e da Libertação.* Lisboa: Multinova, 1976.
- BRENNER, Y.S.** *Theories of Economic Development and Growth.* London: George Allen & Unwin, 1966.

- CLARKE**, Gerard. “Fait Matters: Faith-Based Organizations, Civil Society and International Development”. In: *Journal of International Development*, 2006. Disponível em: www.interscience.wiley.com. Acesso em: 11/05/2011.
- CLIFFORD**, Paula. “Theology and international development”. In: *Christian Aid Report*. UK: Christian Aid. April, 2010. Disponível em www.christianaid.org.uk. Acesso em: 13/02/2011.
- DIONÍZIO**, Sandra. P. *O papel das Organizações Não Governamentais (ONGs) no desenvolvimento de Moçambique: Estudo em Províncias seleccionadas -* (Dissertação de Mestrado em Economia Internacional). Lisboa: ISEG/UTL, 1998.
- DRABO**, Abdou Salam e Yahie, Abdullahi. “The Role of NGOs in Poverty alleviation programs in Africa”. In: Bambergel, Michael, et al (editor). *The Design and Management of poverty Reduction Programs and Projects in Anglophone Africa*. Washington, DC: The World Bank, 1996, pp 85-95.
- EDWARDS**, Michael. “Have NGOs “Made a Difference?” From Manchester to Birmingham: With an Elephant in the Room”. In: **BEBBINGTON**, Anthony et al. *Can NGOs Make a Difference? The Challenger of Development Alternatives*. London & New York: Zed Books, 2008, pp. 38-52.
- EDWARDS**, Michael e SEN, Gita. “NGOs, social change and the transformation of human relationships: a 21st-century civic agenda”. In: *Third World Quarterly*, Vol.21, N°4. NGO Futures: Beyond Aid. August, 2000, pp. 605-616. Disponível em: www.jstor.org/stable/3993367. Acesso em: 10/01/2011.
- FERNANDES**, Ana Paula. “Os Actores da Cooperação Para o Desenvolvimento”. In: Afonso, Maria Manuela e Fernandes, Ana Paula. *abCD: Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr & OIKOS, Janeiro 2005, pp. 43-70.
- FELDMAN**, Shelley. “NGOs and Civil Society: (Un) started contradictions”. In: *Annals of the American Academy of political and social science*, Vol. 554. *The Role of NGOs: Charity and empowerment*. November, 1997, pp. 46-65. Disponível em www.jstor.org/stable/1049566. Acesso em: 10/01/2011.
- FOWLER**, Alan. Building partnerships between Northern and Southern development NGOs: issues for the 1990s. In: *Development in Practice*, Vol. 1, N° 1. Spring, 1991, pp. 5-18. Disponível em: www.jstor.org/stable/4029179. Acesso em: 10/01/2011.
- FRIEDMANN**, J. Empowerment: *Uma política de desenvolvimento alternativo*. Lisboa: Celta, 1996.
- GIFFORD**, Paul. “Christian Fundamentalism and Development”. In: *Review of African Political Economy*, N° 52. *Fundamentalism in Africa: Religion and Politics*.

November, 1991, pp. 9-20. Disponível em: www.jstor.org/stable/4005953. Acesso em: 10/01/2011

HANSOHM, Dirk. “The Role of African Non-Governmental Organizations in Development: An Introduction”. In: *African Development Perspectives Yearbook 1989. Vol.1 – Human Dimensions of Adjustment*. Berlim: Schelzky & Jeep, 1990, pp. 561-574.

HAQ, Mahbub Ul. “The Human Development Paradigma”. In: Secondi, Giorgio (Editor). *The Development Economic Reader*. London and New York: Routledge; Taylor and Francis Group, 2008, pp. 28-33.

HAFTECK, Pierre. “An Introduction to Decentralized Cooperation: Definitions, Origins and Conceptual Mapping”. In: *Public administration and development*, 23. John Wiley & Sons, 2003, pp.333–345. Disponível em: www.interscience.wiley.com. Acesso em: 11/02/2011.

HANLON, Joseph. *Peace Without Profit: How the IMF Blocks Rebuilding in Mozambique* (African Issues). Oxford: James Currey, 1996.

_____. *Mozambique: Who Calls The Shots?* London: James Currey & Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1991.

HULME, David e **TURNER**, Mark. “Sociology and Development: Theories Policies and Practices”. In: W.M. Williams (Editor). *Studies in Sociology*. University of Swansea, 1990.

KADT, Emanuel de. “Should God Play a Role in Development”? In: *Journal of International Development J. Int. Dev.* 21. The Netherlands: Utrecht University - Department of Cultural Anthropology, 2009, pp. 781–786. Disponível em: www.interscience.wiley.com. Acesso em: 15/04/2011.

LUNN, Jeanny. “The Role of Religion, Spirituality and Faith in Development: A critical theory approach”. In: *Third World Quarterly*, Vol.30. July, 2009, pp, 937-951. Disponível em: <http://www.informaworld.com>. Acesso em: 03/03/2011.

MARTINUSSEN, John Degnbol e Pedersen, Poul Engeberg. *Understanding International Development Cooperation*. London & New York: Zed Books Ltd, 2003.

MANJI, Firoze e **O’COILL**, Carl. “The missionary position: NGOs and development in Africa”. In: *International Affairs* (Royal Institute of International Affairs), Vol. 78, N°3. July, 2002, pp. 567-583 – Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3095891>. Acesso em: 10/01/2011.

MARSHALL, Katherine. “Development and Religion: Different Lens on Development Debates”. In: *Peabody Journal of Education*, Vol. 76, N°3/4. *Global Issues in*

Education, 2001, pp. 339-375. Disponível em: www.jstor.org/stable/1493254. Acesso em: 10/01/2011.

MATOVU, George; **KITHAKEI**, David e **YAHIE**, M. Abdullahi. “Decentralization and poverty alleviation in Africa”. In: In: Bambergel, Michael, e tal (editor). *The Design and Management of poverty Reduction Programs and Projects in Anglophone Africa*. Washington, DC: The World Bank, 1996, pp. 59-68.

MITLIN, Diana, **HICKEY**, Sam e **BEBBINGTON**, Anthony. “Reclaiming Development? NGOs and the Challenge of Alternatives”. In: *World Development Vol. 35*, Nº. 10, 2007, pp. 1699–1720.

MITLIN, Diana, **HICKEY**, Sam e **BEBBINGTON**, Anthony. “Reclaiming Development? NGOs and the Challenge of Alternatives”. In: Hulme and Edwards (Editors) *Especially in the collection*. UK: School of Environment and Development University of Manchester. May, 2005.

MOSCA, João. *Economia de Moçambique – Século XX*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

NAYYAR, Deepak. “Globalization and Development”. In: Chang, Ha-Joon (Editor). *Rethinking Development Economics*. London: Wimbledon Publishing Company, 2003, pp. 61-82.

PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD. *Documento informativo sobre Cooperação para o Desenvolvimento*. Disponível em: www.plataformaongd.pt. Acesso em: 10/02/2011.

PEREIRA, Helena Q. *O Papel da Igreja Católica no Processo de Desenvolvimento em Moçambique* - (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional). Lisboa: ISEG/UTL, 2006.

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2010*. New York, 2010. Disponível em: www.hdr.undp.org/en. Acesso em: 16/03/2011.

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2006*. Lisboa: Tricontinental Editora, 1996.

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005*. Lisboa: Tricontinental Editora, 1995.

PNUD. *Repport Mundial Sur Le Developpement Human 1990*. New York, 1990.

POTTER, Robert B. “Strategies and ideologies of development”. In: Desai, Vandana e Potter, Robert B (Editores). *The Companion to Development Studies*. Londres: Hodder Arnold, 2002, pp. 61-65.

- PROENÇA**, Fátima. *Avaliando a Cooperação Descentralizada: pistas para um modelo com aplicação empírica*. Documento de trabalho nº77, Lisboa: CEsa - UTL, 2009.
- RIBEIRO**, Mário Luís Lima. *O potencial das Organizações Não-Governamentais portuguesas de Desenvolvimento - (ONGD)*. Lisboa: CIDAC, 1995.
- RIDDELL**, Roger. *Does Foreign Aid Real Work?* Oxford: University Press, 2007.
- RITA-FERREIRA**, A. “O Movimento Migratório de Trabalhadores Entre Moçambique e a África do Sul”. In: *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, Nº67. Lisboa: Junta de investigação do ultramar, 1963.
- RODRIGUES**, Valdemar José. Igreja Católica e o desenvolvimento sustentável. In: *Ciências da Religião – História e Sociedade*, Volume 8, Nº 1, 2010, pp. 198-233
- SANGREMAN**, Carlos (Coord). *A Cooperação Descentralizada e as dinâmicas de mudanças em países africanos – os casos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau*. Lisboa: CEsa & ACEP, 2009.
- SEN**, Amartya. *O Desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Gradiva, 2003.
- SILVA**, Maria Manuela. *Direito Internacional de Desenvolvimento: Breve Abordagem*. Porto: Universidade Portucalense, 1996.
- SOLLIS**, Peter. “Multilateral agencies, NGOs, and policy reform”. In: *Development in Practice*, Vol.2, Nº3. October, 1992, pp. 163-178. Disponível em: www.jstor.org/stable/4029040. Acesso em: 10/01/2011.
- STIGLITZ**, Joseph. “Participation and Development: Perspectives from the Comprehensive Development Paradigm”. In: Iqbal, Farrukh and You, Jong-IL (Editors). *Democracy, Market, Economics and Development: an Asian Perspective*. Washington DC: World Bank, 2001, pp. 49-71.
- TEULON**, Frédéric. *Crescimento, Crises e Desenvolvimento*. 1ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.
- TODARO**, Michael P e **SMITH**, Stephen C. *Economic Development* (Tenth Edition). England: Pearson Education, 2009.
- WALKER**, Bridget. “Christianity, Development and Women’s Liberation”. In: *Gender and Development*, Vol.7, Nº1, [Religion]. March, 1999, pp. 15-22. Disponível em: www.jstor.org/stable/4030366. Acesso em: 10/01/2011.
- VILANCULOS**, Carlos Miguel. *A Participação da Comunidade Local na Construção e Reconstrução de Infra-estruturas Sociais pós - Guerra: O Caso das Comunidades do Distrito de Inharrime na Educação e Saúde, 1992 -2002 - (Dissertação de licenciatura)*. Maputo: UEM - Faculdade de Letras e Ciências Sociais, 2005.

- **Documentos e Dados Institucionais Consultados:**

CÁRITAS MOÇAMBICANA. *Trigésimo Aniversário da Cáritas Moçambicana.* Documento de Consulta. Maputo: Cáritas Moçambicana, 2008.

Constituição da República de Moçambique, *Lei 8/91,* de 18 de Julho.

COULDRIDGE, Andrew; HOFFMAN, Ilse & MADEIRA, Ana. *Evaluation Report: June – July 2004.* Maputo: CEDES, 2004.

Imprensa Nacional de Moçambique. *Boletim da República. I Série –Número 11,* de 13 de Março de 2002.

LUTHERAN WORLD FEDERATION - Moçambique. *Relatório Anual 2007: 30 anos ainda empenhados.* Maputo: Lutheran World Federation, 2007.

_____. *1987-2007: Against Poverty for Development in Gaza.* Gaza: Lutheran World Federation, Sd.

_____. *Relatório Anual de Monitorização do Programa de Desenvolvimento Rural Integral: Janeiro - Novembro de 2005.* Gaza: Lutheran World Federation, 2005.

MISAU - Ministério da Saúde. *Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos Comportamentais e Informação sobre o HIV e SIDA em Moçambique (INSIDA).* Maputo: Instituto Nacional de Saúde. Julho, 2010.

REENCONTRO. Plano Estratégico 2006-2010. Maputo, 2006.

- **Consultas de Sites**

[http://www.infopedia.pt/carta-das-nacoes-unidas-\(1945\)](http://www.infopedia.pt/carta-das-nacoes-unidas-(1945)). Acesso: 15/02/2011.

<http://hdr.undp.org/en/reports>. Acesso: 19/02/2011.

<http://www.plataformaongd.pt>. Acesso: 23/02/2011.

http://europa.eu/legislation_summaries/Regulamentos (CE) n.ºs [1659/98](#); 955/2002 e [625/2004](#), relativos à cooperação descentralizada. Acesso: 24/02/2011.

en.wikipedia.org/wiki/Social_Gospel/Christian_socialism. Acesso: 26/02/2011.

<http://www.vatican.va> - *POPULORUM PROGRESSIO: 1967/* Redemptor hominis, 1979. Acesso: 27/02/2011.

<http://worldrelief.org/> World Relief History/Microfinance. Acesso: 23/03/2011.

<http://www.ine.gov.mz/> Censo populacional 2007. Acesso: 23/04/2011.

ANEXOS

Anexo 1: Mapa de Moçambique



Anexo 2: Breve Contextualização geográfica, demográfica e sócio - antropológica da área de Estudo

O território de Moçambique ao sul do Save compreende as províncias de Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo, que estabelecem fronteira com África do Sul, Swazilândia e Zimbabue. De acordo com o censo populacional de 2007, a região sul de Moçambique possui uma população de 4.778. 619 habitantes, correspondente a 23.7% da população total do país, estimada em 20. 226. 296 habitantes⁹⁵. A população desta região pertence ao grupo etnolinguístico *Tsonga*. Na estrutura sócio - antropológica dos *Tsongas*, o Régulo e Cabo de terra, encabeçam a hierarquia das autoridades tradicionais. Estes assumem e exercem a chefia, de acordo com as regras tradicionais da respectiva comunidade e são fundamentais na mobilização da participação das populações no processo de desenvolvimento⁹⁶.

⁹⁵ Dados retirados do site do INE - 14/03/2011: <http://www.ine.gov.mz/>.

⁹⁶ Vilanculos, 2005:17.

Anexo 3: Localização do Estudo - Regional, Provincial e Distrital



Ilustração 1: Região Sul de Moçambique



Ilustração 2: Província de Inhambane



Ilustração 3: Província de Gaza



Ilustração 4: Província de Maputo

Anexo 4: Descrição das ONGs Cristãs seleccionadas para a amostra

ONG	Origem	Data da Fundação	Início da Intervenção em Moçambique	Motivação da intervenção em Moçambique
Conselho Cristão de Moçambique	Igrejas protestantes: Moçambique	1948	1948	Promover a união dos moçambicanos através da proclamação do evangelho de libertação (antes da independência, em 1975)
				Promover a justiça socioeconómica à luz dos ensinamentos bíblicos (depois de 1975)
				Consolidar o ecumenismo cristão na promoção do processo de Desenvolvimento Humano
Cáritas Moçambicana	Igreja Católica: Moçambique	1977	1977	Promover e exercer acções sócio - caritativas em prol do desenvolvimento
				Apoiar à população na formação de estruturas ao serviço do desenvolvimento integral do homem e actualizar as obras sociais da Igreja
CEDES	Igrejas Protestantes e Católica: Moçambique	1992	1992	Responder as necessidades de reintegração dos ex. refugiados de guerra através do programa <i>Repatriation, Resettlement and Rehabilitation</i> (RRR - 1992-1997).
				Promover o desenvolvimento social das comunidades pobres e vulneráveis assim como contribuir na melhoria da qualidade de vida das mesmas
REENCONTRO	Mulheres desistentes da formação missionária católica: Moçambicana	1998	1998	Proporcionar o alargamento das possibilidades de uma vida digna para as Crianças Órfãs e Vulneráveis
Lutheran World Federation	Igreja Lutherana: Suíça	1947	1977	Prestar assistência humanitária aos refugiados de guerra e às vítimas da seca e da fome, na década de 80
				Promover o desenvolvimento integrado incidindo sobre as populações marginalizadas e desfavorecidas, através de acções de capacitação, resposta à emergências e estabelecimento de economias domésticas sólidas
World Relief International	Ex. National Association of Evangelicals: EUA	1944	1992	Contribuir no repatriamento e reintegração das populações do Sul de Moçambique, pós guerra civil
				Capacita a igreja local para servir os mais vulneráveis, através de programas de desenvolvimento que transformam as condições socioeconómicas e espirituais dos indivíduos: <i>"Food for the body and food four the soul"</i>

Anexo 5: Áreas de Acção das ONGs Cristãs

Áreas de Acção	ONG's	Localização da Intervenção
Saúde	CCM, CM, CEDES, REENCONTRO, LWF e WRI	Inhambane, Gaza e Maputo
Educação	CCM, CM, CEDES, REENCONTRO, LWF e WRI	Inhambane, Gaza e Maputo
Agricultura	CCM, CM, CEDES, REENCONTRO, LWF e WRI	Inhambane, Gaza e Maputo
Abastecimento de água	CCM, CM, CEDES, LWF e WRI	Inhambane, Gaza e Maputo
Apoio em Habitação	CCM, CM, CEDES, REENCONTRO e LWF	Inhambane, Gaza e Maputo
Formação Profissional	CCM, CM, REENCONTRO, LWF e WRI	Inhambane, Gaza e Maputo
Concessão de Crédito	CM, LWF e WRI	Inhambane, Gaza e Maputo
Apoio Social a COVs	REENCONTRO e CCM	Gaza e Maputo Cidade
Pecuária	CCM e CM	Inhambane
Direitos Humanos: Defesa das Crianças	REENCONTRO	Gaza e Maputo Cidade
Áreas Transversais		
HIV&SIDA	CCM, CM, CEDES, REENCONTRO, LWF e WRI	Inhambane, Gaza, Maputo Província e Cidade
Assistência Humanitária	CCM, CM, CEDES, LWF e WRI	Inhambane, Gaza e Maputo
Género e Desenvolvimento	CCM, CM, LWF, WRI	Inhambane, Gaza e Maputo

Anexo 6: Lista de Gestores e Técnico entrevistados nas ONGs

	ONG	Nome do entrevistado	Cargo
ONGs Nacionais	Conselho Cristão de Moçambique	Pastor Marcos Macamo	Secretário Geral
		Jorge Samuel	Director Nacional do Departamento de Programas
		Pastor Aníbal Cuamba	Delegado Provincial – Inhambane
		Bertão Ulisses	Gestor de Programas de Segurança Alimentar - Inhambane
	Cáritas Moçambicana	Ernesto Martinho	Secretário Geral
		Filipe Sales	Coordenador de Projectos – Inhambane
		Cacilda Tam Sam	Coordenadora Regional – Chòkwé
		Deolinda Paruque	Técnicos agrários - Chòkwé
		Paulo Luís	
		Antonieta Chongo	Assistente Social - Chòkwé
	Inácio Chambal	Administrativo - Chòkwé	
	CEDES	Venâncio Nhandime	Director Geral
	REENCONTRO	Henriqueta Wamusse	Assessora de Programas
Felismina Chiziane		Coordenadora de Programas	
Doroteia Balane		Directora de Programas	
ONGs Internacionais	Lutheran World Federation	Raúl Chambote	Coordenador de Programa
		Jorge Tembe	Assessor
		Anselmo Mapulasse	Adjunto Gestor do Projecto de Gaza
		Ruth Mulhanga	Técnica agrária – Gaza

	World Relief International	Anastácio Ndzabilinda	Director de Programas
		Armanda Chuva	Assistente de Programa do HIV&SIDA

Anexo 7: Lista de Beneficiários Entrevistados

Nome	Ocupação/Estatuto social/ Localização
Alfinita Armando	Aluna da 7ª Classe na EPC de Mucotuene
Amélia Rafael	Membro da Comissão de Gestão do Centro de Formação e Desenvolvimento de Mucotuene e Activista da Saúde na Comunidade
António Pessane	Régulo de Chinhanganine
Arão Macuacua	Beneficiário de Assistência Social a COVs – Mavotas/Cidade de Maputo
Armando Massango	Membro da Associação Tuanano de Mobuto e Ancião Conselheiro
Anonimato	Encarregado de Educação – EPC de Chimunguane
Bernardete Ernesto	Aluna de 7ª Classe na EPC de Bandoa
Bernardo Sambo	Encarregado de Educação – Mucotuene
Castigo Matavele	Beneficiário de Assistência Social a COVs – Laulane
Catarina Halo	Tesoureira da Comissão de Gestão de Água de Malavane
Cecília Coane	Beneficiária de Assistência Social a COVs – Mavota
Cintia Macavele	Aluna de 7ª Classe na EPC de Bandoa
Clara Albino	Membro da Associação Khensane de Chiquenhete
Constância Bernardo	Membro da Comissão de Gestão de Água de Malavane
Elisa Matavele	Beneficiária de Assistência Social a COVs – Laulane
Elias Salomão	Aluno da 7ª Classe na EPC de Mucotuene
Elson Moisés	Aluno de 5ª Classe na EPC de Muchiri
Emília Simango	Membro da Associação Khensane de Chiquenhete
Felisberto Massingue	Alunos de 7ª Classe na EPC de Bandoa
Felix Alberto	
Felix Manuel	Director Adjunto da EPC de Mucotuene
Flávia Verónica	Aluna de 5ª Classe na EPC de Muchiri
Flora Ubisse	Contabilista da Associação da Poupança e Crédito Social - Khensane de Chiquenhete
Gertrudes da Silva	Membro da comunidade empregue nas obras do Centro de Saúde de Massave
Gilda Fenias	Membro da Associação Khensane de Chiquenhete
Graça José	Secretária do Comité de Desenvolvimento Comunitário de Chinhequete
Herinque Maculuve	Director da EPC de Bandoa
Ilda João	Beneficiária de Formação em Técnicas Agrícolas, empregue no Centro de Formação e Desenvolvimento de Salela - CM/Cidade de Inhambane
João Cumbe	Membro da comunidade empregue nas obras do Centro de Saúde de Massave
Joaquina Rassul	Beneficiária de Assistência Social a COVs – Albazine
Laura Jaime	Membro da Associação Chitsumbo de Muchiri
Madalena Arone	Aluna de 7ª Classe na EPC de Bandoa
Manuel Mabasso	Encarregado de Educação e Presidente da Comissão de Gestão de Água de Mucotuene
Miguel Rassul	Beneficiário de Assistência Social a COVs – Albazine
Nocita Macuacua	Beneficiária de Assistência Social a COVs – Mavota
Olinda Domingos	Aluna da 7ª Classe na EPC de Mucotuene
Olinda Muthlanga	Presidente da Associação São Vicente de Djavanhane
Rita Francisco	Membro da Associação Chitsumbo de Muchiri

Rosália Jaime	Encarregada de Educação – Mucotuene
Sérgio João	Beneficiário em Formação agrícola, empregue no Centro de Formação e Desenvolvimento de Salela
Teresa Tinga	Membro da Comissão de Gestão de Água de Malavane
Virgílio Mutlhanga	Director da EPC de Mucotuene
Zaura Fabião	Membro da Associação Tuanano de Mobuto
Zilda Tivane	Membro da Associação Khensane de Chiquenhete
Entrevistas Colectivas a OCB	Associação Tlhuvuko de Mucotuene
	Associação Tuanano de Mobuto
	Associação Khensane de Chiquenhete
	Associação Chitsumbo de Muchiri

Anexo 8: Acções das ONGs Cristãs



Ilustração 1: Centro de Saúde de Chinhanguanine construído pelo CEDES - Moamba



Ilustração 2: Salas de aulas construídas pela WRI: EPC de Mucotuene – Chibuto



Ilustração 3: Fontenário Construído pela Cáritas Moçambicana em Malavane - Maxixe



Ilustração 4: Sistema de rega adquirido pela LWF: OCB de Chinhequete - Mabalane



Ilustração 5: Equipamento agrícola adquirido pela World Relief International para OCB “*Tlhuvuko*” de Mucotuene – Chibuto



Ilustração 6: Casa Agrária e Moageira da comunidade de Chinhequete, construídos no âmbito do Crédito Comunitário, concedido pela Cáritas – Mabalane



Ilustração 7: Centro de Formação e Desenvolvimento da OCB “*Tlhuvuko*” de Mucotuene - Financiado pela World Relief International - Chibutoza



Ilustração 8: Sala de formação - Centro de Formação e Desenvolvimento de Salela, construído pela Cáritas Moçambicana – Cidade de Inhambane



Ilustração 9: Raparigas em formação de Corte e Costura na REENCONTRO - Bairro de Laulane/Cidade de Maputo



Ilustração 10: COVs na nova habitação oferecida pela REENCONTRO – Bairro de Albazine/Cidade de Maputo